

S1084  
SV

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA – UNIVERSO  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO

ALVARO GASPAR DUARTE

NAS REDAÇÕES E NAS SACRISTIAS : A POLÍTICA NO PROFANO E  
NO SAGRADO - O CASO BOFF RETRATADO PELA IMPRENSA (1982-  
1985)

NITERÓI

2011

ALVARO GASPAR DUARTE

NAS REDAÇÕES E NAS SACRISTIAS : A POLÍTICA NO PROFANO E  
NO SAGRADO – O CASO BOFF RETRATADO PELA IMPRENSA (1982-  
1985).

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em História, da Universidade Salgado de  
Oliveira – Universo Campus Niterói, como  
parte dos requisitos para a obtenção do Título  
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Thimóteo da Costa

2011

ALVARO GASPAR DUARTE

NAS REDAÇÕES E NAS SACRISTIAS : A POLÍTICA NO PROFANO E  
NO SAGRADO – O CASO BOFF RETRATADO PELAIMPRENSA (1982-  
1985).

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em História, da Universidade Salgado de  
Oliveira – Universo Campus Niterói, como  
parte dos requisitos para a obtenção do Título  
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Thimóteo da Costa



CDD 230.1

1. Igreja Católica - Doutrinas e controvérsias. 2.  
Boff, Leonardo, 1938-. 3. Teologia da Libertação.  
4. Religião. 5. Política. I. Título.

Costa.

Orientador: Dsc. Marcelo da Silva Timotheo da  
Salgado de Oliveira, 2012.  
de Mestre em História do Brasil - Universidade  
Dissertação apresentada para obtenção do Grau

Bibliografia: p.91-93

94p.

Niterói, 2012.  
Nas redações e nas sacristias: a política no  
profano e no sagrado - o caso Boff retratado pela  
imprensa (1982-1985) / Alvaro Gaspar Duarte.-

D812n Duarte, Alvaro Gaspar.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

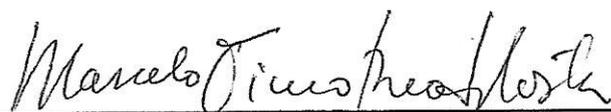
D - 230.1  
D812n  
2012  
2a f

UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira	BIBLIOTECA
DIS 237821	
N.º de Registro: 449187	
2x1	

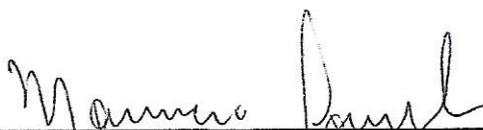
ALVARO GASPAR DUARTE

**NAS REDAÇÕES E NAS SACRISTIAS: A POLÍTICA NO PROFANO E NO SAGRADO – O CASO BOFF RETRATADO PELA IMPRENSA (1982-1985)**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 14/12/2011 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof. Dr. Marcelo da Silva Timotheo da Costa (Orientador)  
Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em História da UNIVERSO



Prof. Dr. Mauricio Barreto Alvarez Parada  
Professor de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Angélica Muller  
Professora Adjunto do Programa de Pós-graduação em História da UNIVERSO

À Maria, Joaquim, Francisco, Adelino, Trindade e Joaquina de Jesus  
mestres da vida.

Em especial a Mirian e Carolina Bessa, companheiras de viagem.

## **AGRADECIMENTO**

Agradecimento especial ao Prof. Dr. Marcelo Thimóteo da Costa pela generosidade no seu trabalho de orientação.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo, com base na documentação levantada, analisar e interpretar o Caso Boff, a partir da comparação entre a cobertura jornalística de *O Globo* e *A Folha de São Paulo* no período 1982 à 1985. Verificando a existência de diferentes visões sobre o embate entre o Vaticano, por intermédio da Congregação para Doutrina da Fé e o Frei Franciscano Leonardo Boff, e buscando apontar possíveis razões para leituras diferenciadas desses órgãos de imprensa para o mesmo fato.

**Palavras-chave:** Religião / Teologia / Leonardo Boff / Política / Imprensa.

## ABSTRACT

This work aimed at, based on the documentation raised, analyze and interpret the Boff case, from the comparison between the coverage of *O Globo* and *Folha de São Paulo* in period 1982 to 1985. Checking the existence of different views on the chash between the Vatican through the Congregation for the Doctrine of the Faith and Fransciscan Friar Leonardo Boff, pointing reasons for different readings of these organs of the press for the same fact.

**Key Words:** Religion / Theology / Leonardo Boff / Politics / Press.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO UM – OS VENTOS DA MUDANÇA e A REAÇÃO CONSERVADORA.....</b>	<b>16</b>
1.1- Genésio Darcy Boff torna-se Frei Leonardo Boff: a formação do intelectual da libertação no seu tempo.....	16
1.2- Tempo de Mudanças.....	21
1.3- Teologia da Libertação.....	26
1.4- A Reação Conservadora.....	28
1.5- A Volta do Irmão do Henfil.....	34
<b>CAPÍTULO DOIS – RECONTANDO O CASO BOFF.....</b>	<b>41</b>
2.1- Preâmbulo.....	41
2.2- Arquidiocese do Rio De Janeiro: origem do processo.....	43
2.3- O Caso Boff na Leitura do jornal O Globo.....	46
2.4- O Colóquio em O Globo.....	55
2.5- O Silêncio Obsequioso.....	61
2.6- O Caso Boff na Leitura do jornal Folha de São Paulo.....	63
<b>CAPÍTULO TRÊS – AS INTERPRETAÇÕES DO CASO BOFF.....</b>	<b>73</b>
3.1- Imprensa e Sociedade.....	73
3.2- O Globo e a Folha: as construções do Caso Boff.....	83
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>91</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica, no interior da Igreja Católica Romana e da Imprensa, das disputas político-sociais.

Apresentando-se à sociedade como instituições “neutras” no tocante às práticas políticas, com preocupações apenas religiosa, no caso da Igreja, e informativa, no caso da Imprensa, acreditamos que essas instituições estão intensamente marcadas por importantes tensões e contradições decorrentes de confrontos políticos internos e externos, mesmo que velados. Em outras palavras, pretendemos analisar o impacto das disputas políticas e ideológicas no interior das instituições citadas acima.

Para tanto, articulamos um fato, um acontecimento, um caso, no contexto geral das transformações ocorridas na América Latina, e em particular no Brasil, na década de 1980. O tema da dissertação é o chamado “Caso Boff” – o processo movido pela Cúria Romana contra o teólogo Leonardo Boff entre 1982 e 1985 –, tendo como fontes de pesquisa os jornais *O Globo* e a *Folha de São Paulo*.

A pesquisa com as fontes, no nosso caso os diários carioca e paulista, foi desenvolvida no Centro de Documentação e Informação (CDI) do jornal *O Globo*, no centro do Rio de Janeiro. O acesso ao CDI é agendado, sendo cobrado um valor para a realização da pesquisa.

Catalogadas em pastas a partir de palavras-chave, as reportagens também estão a disposição do pesquisador em microfilmes. Operacionalizamos a pesquisa utilizando as palavras-chave “Religião”, “Teologia da Libertação”, “Leonardo Boff”, “O Caso Boff”, e “Igreja Católica” como entrada para a pesquisa. Cada pasta continha reportagens de várias revistas e jornais catalogados pelo tema. Separamos os textos do jornal *O Globo* e da *Folha de São Paulo* do período de 1982 a 1985 para dar seguimento à pesquisa.

Cabe ressaltar que no final da presente dissertação relacionaremos todas as reportagens trabalhadas por nós sobre o Caso Boff, e publicadas nesses dois órgãos da imprensa brasileira, com o objetivo de oferecer a outros pesquisadores fontes para novas leituras do tema. Acreditamos que dessa forma estamos, ao mesmo tempo, contribuindo para o debate acerca de importante episódio da história nacional recente, bem como, de maneira mais ampla, também contribuimos para a sempre necessária democratização da

informação, objetivo que inclui o corrente exercício crítico sobre o papel da imprensa entre nós.

A partir da leitura e análise das reportagens verificaremos como o citado Caso foi retratado pelos também já mencionados jornais, órgãos representativos da imprensa escrita, que eram, e são, fortes formadores da chamada “opinião pública”.<sup>1</sup> Para tanto, observaremos diferenças e similitudes. Questionaremos as possíveis razões de diferentes abordagens no retratar o Caso Boff.

Teremos como objetivo mais específico recuperar o confronto, por intermédio dos referidos órgãos de comunicação, entre a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, dicastério vaticano responsável pela guarda da ortodoxia Católica Romana, e o então frei franciscano Leonardo Boff, girando em torno das posições do teólogo expostas no livro *Igreja: Carisma e Poder*, publicado originalmente em 1981.

E, com base no caso aqui escolhido, procuraremos amplificar o debate, analisando as disputas políticas presentes tanto no interior da Igreja Católica quanto na Imprensa escrita.<sup>2</sup>

A dissertação é balizada temporalmente entre 1982 à 1985. Isto é, desde o início do processo movido contra Boff até sua punição pela Cúria Romana com o chamado “silêncio obsequioso”.

Cabe a explicação do termo “silêncio obsequioso”. Imposto a Frei Boff, o silêncio obsequioso é uma punição imposta por intermédio da Congregação para Doutrina da Fé<sup>3</sup> a religiosos que, no entendimento da Congregação, tenham posições consideradas errôneas em relação à ortodoxia doutrinária da Igreja Católica. Como consequência da citada decisão disciplinar é exigida daquele que é punido a manutenção de silêncio pelo tempo que as autoridades eclesásticas julgarem conveniente. No caso de um padre ou religioso (ou religiosa) que tenha feito voto canônico de obediência, exige-se, por exemplo, o

<sup>1</sup> Para Nelson Werneck Sodré, “Na medida em que os monopólios norte-americanos se instalam e se expandem no Brasil, têm a necessidade, também, de estabelecer aqui, o controle da opinião: esse controle deriva da penetração daqueles monopólios. O Imperialismo depois de dominar o mercado de coisas materiais, procura dominar o mercado de opinião e, assim, depois que se instala, instala a sua imprensa.” IN SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, RJ: Civilização Brasileira, 1966, p.499.

<sup>2</sup> Segundo Hobsbawm, “o acontecimento, o indivíduo, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da estória particular e seus personagens.” HOBBSAWM, Eric “O ressurgimento da narrativa. Alguns comentários” IN Revista de História, Campinas, IFCH/Unicamp, 1991, p.41.

<sup>3</sup> A mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos da Santa Sé. Substitui a Congregação do Santo Ofício.

afastamento de pregações públicas (realização de homilias, p. ex.), estando igualmente vetadas declarações à imprensa, realização de conferências ou palestras por um período de tempo determinado.

Nesse trabalho de pesquisa, escolhemos algumas abordagens e conceitos que acreditamos permitirão fundamentar teoricamente a dissertação. Utilizaremos como eixo teórico-metodológico para fundamentar a dissertação a chamada História das Idéias, dando especial ênfase à História Política. A primeira nos auxiliará nas reflexões e indagações que realizaremos ao texto, ao discurso, à mensagem, oculta ou explícita, produzida nos meios eclesiásticos e jornalísticos, que giraram em torno do Caso Boff, auxiliando em sua melhor contextualização.<sup>4</sup> A História Política, articulada com a História das Idéias, nos auxiliará na ampliação do conceito de prática política, que segundo René Remond<sup>5</sup>, passou a incluir cidadãos e uma vasta gama de instituições na cena e no jogo político de determinado contexto histórico.

Neste sentido, a presente dissertação vai procurar demonstrar como a questão política estava ligada à maneira como os jornais ora pesquisados vinculavam os fatos do Caso Boff. Recentemente, a dimensão política dos fatos sociais começou a ganhar espaço, num processo denominado por René Rémond de “retorno da história política”, que, em outras palavras, podemos traduzir como uma “uma história política renovada”. Dessa forma abriu-se espaço para o surgimento de novos objetos de estudos.<sup>6</sup>

A noção do político se amplia, e passa a incluir o comportamento dos cidadãos, a sua atuação nas instituições sociais, e a própria postura das instituições ante o jogo político. A Política passou a ser analisada num sentido mais geral que inclui crenças, idéias, normas e tradições que dão significado à vida política em determinado contexto histórico.

---

<sup>4</sup> Francisco Falcon acentua a relação entre ideias e história “ como proposição ontológica que afirma a existência “real” das ideias na história; e como proposição epistemológica que garante a validade de um certo tipo de conhecimento histórico no qual as ideias constituem seu objeto.” FALCON, Francisco “ História das Ideias” IN CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo ( orgs). *Dominios da História*, RJ: Elsevier,1997,p.92

<sup>5</sup> RÉMOND, René “ Uma história presente” IN René Rémond ( org ). *Por uma História Política*,RJ: Editora UFRJ/FGV, 1996.

<sup>6</sup> Para Marieta Moraes Ferreira, “a ideia de que o político tinha consciência própria e dispunha de uma certa autonomia em relação a outras instâncias da realidade social ganhava credibilidade”. In FERREIRA, Marieta de Moraes. “ A nova “velha história”: o retorno da história política”. In *Estudos Históricos*, RJ, FGV,vol.5,n.10, 1992,p.266. O político passou a ser considerado a instância mais favorável para perceber a história total de uma coletividade. Renunciou-se à ideia de que o relevante era o oculto e, ao contrário, se proclamou o estudo do explícito, do manifesto. In BORGES, Vavy Pacheco. “ História e Política : laços permanentes” . In *Revista Brasileira de História*, v.12, n.23/24, 1991, p.15.

Segundo Ângela de Castro Gomes, “ *a história política privilegia, sem sombra de dúvida, o “acontecimento”, que não pode ser superestimado ou banalizado, mas sim investido de um valor próprio que lhe é em grande parte atribuído/vivenciado pelos seus contemporâneos; tal valor deve ser resgatado pelo analista, numa dialética entre memória-história.*”<sup>7</sup> A partir dessa ótica, os estudos políticos se dedicaram ao pensamento político-social, “*designação que une a História Política à História das Ideias.*”<sup>8</sup>

No trabalho com os jornais temos clareza que na mídia em geral, e em particular na grande imprensa, desenvolvem-se disputas social, política, econômica e ideológica. Disputas ora abertas e claras, ora realizadas sob a cortina de uma suposta imparcialidade. Entretanto em ambos movimentos, de maneira mais transparente ou mais velada, acreditamos nas sempre presentes ação e articulação de interesses e visões de sociedade que fazem parte de uma real dinâmica política presente inegavelmente na atividade jornalística.

Portanto, trabalhamos com o posicionamento, com a parcialidade, pois fazem parte da disputa política que também ocorre por intermédio dos jornais. Esses também são instrumentos do embate ideológico e político.

Como afirma Capelato, entendemos

*“a imprensa fundamentalmente como instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”.*<sup>9</sup>

Sinalizado o eixo teórico-metodológico, a dissertação pretende realizar o exame das disputas políticas no seio da Igreja Católica e na Imprensa escrita, revisitando o “Caso Boff” (1982-1985), no contexto da transição do mais recente regime ditatorial brasileiro

<sup>7</sup> GOMES, Ângela de Castro. “Política, história, ciência, cultura etc.” IN *Revista Estudos Históricos*, RJ, nº 17, 1996, P.80.

<sup>8</sup> Idem. P.67

<sup>9</sup> CAPELATO, Maria Helena. *O Bravo Matutino*. SP: Alfa-omega, 1980. P.19

(1964-1985) para a redemocratização do país, processo encerrado formalmente apenas com a promulgação da Constituição de 1988.

Isto posto, dividiremos o trabalho, em três partes, que sumariamente expomos abaixo.

No capítulo 1, traçaremos a trajetória de nosso personagem, o então frei Leonardo Boff – nascido Genésio Darcy Boff - até a sua formação enquanto intelectual mais conhecido do chamado “cristianismo da libertação”, tornando-se seu principal porta-voz, e uma das maiores expressões no campo da esquerda católica no Brasil. Essa trajetória será reconstruída no contexto das transformações ocorridas no interior da Igreja Católica, a partir do Papado de João XXIII ( 1958-1963) e do Vaticano II (1962-1965).

Transformações com desdobramentos na América Latina, com o surgimento, em determinados setores eclesiais, de uma forte crítica social, com ênfase na denúncia das estruturas de exploração geradoras da miséria no continente, e no decorrente “clamor”, elaborado em linguagem teologal, pela “libertação” dos oprimidos.

Energia, portanto, entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, uma produção intelectual e uma mobilização social ligada a um cristianismo que se apresentou como revolucionário, com forte contribuição da chamada Teologia da Libertação. Teologia que proporia novas e estimulantes questões à Igreja e à sociedade latino-americana.<sup>10</sup>

Entretanto com a chegada dos anos de 1980, os ventos começaram a soprar em outras direções.....

Com a eleição de Karol Wojtyla, em 1978, como novo Papa, e a condução de Ronald Reagan à presidência dos EUA, em 1980, o projeto político-social de libertação que ganhava espaço nas sociedades latino americanas, tendo por base a utilização de uma análise social marxista, suscitou inquietação tanto no Vaticano quanto em Washington.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Segundo Libânio, o impacto do Vaticano II desencadeou um “repensar de toda uma teologia esclerosada. A virada antropocêntrica colocara a base para avanços ulteriores. Aí se abriu a possibilidade de pensar a teologia a partir da situação objetiva da América Latina, e não necessariamente de modo dedutivo.” LIBÂNIO, José Batista “Trinta Anos de Teologia. Reflexão Pessoal.” IN SUSIN, Luis Carlos. *O Mar se abriu. Trinta Anos de Teologia na América Latina*. RJ: Loyola, 2000, p.139.

<sup>11</sup> Michel Lowy afirma que “os interesses em jogo se situam bem além do quadro do debate ideológico ou teológico tradicional para os partidários da ordem estabelecida – tanto social quanto clerical – trata-se de um desafio prático ao seu poder”. LOWY, Michel. *Marxismo e Teologia da Libertação*, SP: Autores Associados, 1991, p.25.

Abordaremos as confluências políticas entre o Governo Reagan (1980-1988) e o Papado de João Paulo II (1978-2005) no combate aos regimes socialistas na Europa Oriental e à difusão de idéias de esquerda na América Latina. Ainda trataremos do processo de transição democrática no Brasil, na década de 1980.

Dessa forma, acreditamos que esse capítulo nos dará a base de uma melhor análise do Caso Boff contextualizado na formação de uma esquerda católica na década de 1960/1970, na transição política brasileira e na reação das forças conservadoras na década de 1980.

No capítulo 2, inventariamos o material jornalístico produzido pelo *O Globo* e a *Folha de São Paulo* sobre o Caso Boff, com o objetivo de verificar possíveis diferenças na abordagem do fato. Dessa forma poderemos encontrar nos textos diferentes leituras do Caso Boff, cabendo questionar e responder ao longo da dissertação as razões de um mesmo fato ser contado pelos diários escolhidos de maneiras diferentes.

Dessa forma trabalhamos com a possibilidade de leituras diferentes do Caso Boff, dependendo do órgão de imprensa. A leitura e análise das notícias e artigos veiculados pelos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* vão criar a oportunidade de expor não apenas o posicionamento político no interior da Igreja Católica mas também a postura dos meios de comunicação em relação a Teologia da Libertação.

Verificando como foi a abordagem desses órgãos de imprensa, a partir da análise dos textos, dos espaços utilizados nos periódicos, dos interlocutores mais freqüentes, relatando as diferenças e/ou similitudes, buscar-se-á entender as diferentes leituras em relação ao confronto entre Roma e Leonardo Boff. Entendimento a ser concluído na última seção do nosso trabalho.

Por fim, no capítulo 3, faremos uma análise comparativa entre os periódicos no tocante a abordagem do Caso Boff. Trata-se de explicitar como tais veículos se posicionavam politicamente e como se apresentavam para o leitor.

Ainda analisaremos a relação de *O Globo* e da *Folha* com o Estado e o Mercado na fase de construção democrática. Ou seja, como os periódicos ora trabalhados na presente dissertação vão se articular, na fase de transição política, com as forças do Estado e do Mercado com a finalidade de sobrevivência financeira. Empresas capitalistas tendo a informação como “mercadoria”, esses jornais buscaram consolidarem-se economicamente de diferentes maneiras. *O Globo* mais vinculado aos poderes do Estado e a *Folha* mais ligada a uma ampliação do mercado, assumiram estratégias diferentes de sobrevivência na fase de transição democrática. Essas diferentes estratégias vão se refletir na abordagem jornalística que cada periódico deu ao Caso Boff. Acreditamos que desta firma, poder-se-á avançar no estudo das relações entre Pensamento Cristão, Política e Sociedade no Brasil.

## CAPÍTULO UM

### OS VENTOS DA MUDANÇA e a REAÇÃO CONSERVADORA

#### 1.1- Genésio Darcy Boff torna-se Frei Leonardo Boff: a formação do intelectual da libertação no seu tempo.

Genésio Darcy Boff nasceu em Concórdia, Santa Catarina, em 14 de Dezembro de 1938. Neto de imigrantes italianos, faz parte de uma segunda geração que migrou por falta de terras e colonizou o Oeste de Santa Catarina.

Nasceu e cresceu numa realidade tipicamente italiana e rural, onde a língua do cotidiano era o dialeto italiano. Filho de Mansueto e de Regina Boff, que tiveram ao todo doze filhos, dos quais quatro seguiram a vida religiosa: Genésio (Leonardo), Clodovis, Lina e Jenima.

O pai, Mansueto, acompanhou a colonização da região se disponibilizando a realizar várias tarefas: professor, farmacêutico, juiz de paz e animador de orações. Ainda dava aulas de italiano e alemão, dedicando-se, todas as noites, à alfabetização de adultos<sup>12</sup>.

A mãe, Regina, todos os dias ia ao campo trabalhar a terra, não sabia ler nem escrever, e nunca quis entrar numa escola, por mais que a família tentasse. Dizia, com orgulho, que teve onze filhos, todos alfabetizados, e que não tinha por que aprender a ler. Os filhos poderiam ler para ela<sup>13</sup>.

Boff começou seus estudos em casa do pai, cursando a escola primária em Concórdia, de 1944 a 1949. Nessa época, o Frade Armindo de Oliveira apareceu na região pregando sobre São Francisco e Santo Antônio, buscando animar novas vocações religiosas. Depois da pregação, foi almoçar com uma autoridade local: o professor Mansueto Boff.

<sup>12</sup> Entrevista de Leonardo Boff a Revista Caros Amigos. Setembro de 1998, p.31.

<sup>13</sup> Citado na agência "A Notícia" do jornal de Santa Catarina. In [www.na.uol.com.br](http://www.na.uol.com.br)

Da presença de Frade Armindo nasceu para Génesio a oportunidade de sair de Concórdia em busca de melhores condições de estudo, novas experiências, e a realização de uma possível vocação religiosa.

Nas palavras de Boff:

*“Nunca havia pensado em ser padre. Agora analisando criticamente era a única maneira daqueles colonos poderem ascender socialmente. Não havia escolas, então eles estudavam no seminário onde se pagava o mínimo. Esse foi o meu começo da trajetória da formação típica de quem segue o curso sacerdotal.”<sup>14</sup>*

Com 11 anos de idade, Boff seguiu para o Seminário de Luzerna, perto de Joaçaba, também em Santa Catarina, onde complementaria a formação primária em 1951.

Um ano depois, ingressou no 1º ano do antigo ciclo ginásial no Seminário São Luis de Tolosa, em Rio Negro, Paraná. Já conhecedor de palavras básicas do latim e do grego, desenvolveu seus estudos, entre brincadeiras de infância e a rígida disciplina de um Seminário.<sup>15</sup>

Em 1958, complementaria o ciclo ginásial e colegial no Seminário Santo Antônio, em Agudos, São Paulo. O antigo Seminário já não comportava o número de jovens que ingressavam nos anos 1950, e um novo Seminário foi construído na cidade de Agudos, próxima a Bauru, São Paulo. Nesse novo Seminário, Boff continuou a desenvolver seus estudos para a vida sacerdotal, amadurecendo, e se preparando para um novo momento de sua vida.

A influência familiar, principalmente do pai e da mãe, deixou marcas profundas na figura e na trajetória intelectual de Boff. Segundo o teólogo:

*“Espiritual e intelectualmente, sou filho de ambos. Sou fruto de minha mãe, mulher corajosa, cheia de ternura, mulher-terra, analfabeta renitente até o fim da vida, com uma fé transparente e à toda prova. De meu pai, tenho a crítica, o inconformismo, a busca permanente do evangelismo e a misericórdia para com os pobres. Se minha mãe era o vigor da vida, meu pai era a ternura. Esse desafio eu me coloco no dia a dia: como ser portador de vigor das*

<sup>14</sup> Entrevista de Leonardo Boff a *Revista Memória e Caminhada*. Nº 6, 2004, p.32 e 33.

<sup>15</sup> Entrevista de Leonardo Boff a *Revista Caros Amigos*. Setembro de 1998. Pg. 31.

*grandes causas que movem as pessoas, especialmente os oprimidos e os marginalizados, e ao mesmo tempo não perder a ternura jamais, a sensibilidade para o fraco, o olhar para o pequeno e a descoberta de que o particular, mesmo que não saibamos, está articulado com o universal.”<sup>16</sup>*

Em 1959, ingressa no curso de “Estudos especializados de espiritualidade franciscana” no noviciado do Convento São Francisco de Assis, ligado a Ordem dos Frades Menores, também conhecidos por franciscanos. Conforme a Tradição, mudou de nome ao adotar o hábito religioso, tornou-se Leonardo :

*“Quando se entra para a Ordem Franciscana há um rito de passagem bem significativo. O celebrante tira o seu paletó, joga-o para longe e lhe diz: Genésio, você abandonou o mundo. De agora em diante você não se chamará mais Genésio mas Frei Leonardo. Gostei do nome e fiquei com ele mesmo quando era permitido voltar ao nome antigo. Esse duplo nome me tem sido de boa ajuda, pois durante a Ditadura Militar, órgãos de repressão especialmente na Argentina e Uruguai, quando estava por lá, procuravam Leonardo e eu me salvava mostrando o documento de Genésio Darci Boff.”<sup>17</sup>*

Entre 1960 à 1965, cursou inicialmente a Faculdade de Filosofia da Província Imaculada Conceição, em Curitiba, e posteriormente a Faculdade de Teologia dos Franciscanos, em Petrópolis.

Tendo se destacado, conforme política de formação corrente em importantes ordens e congregações religiosas católicas, foi escolhido por seus superiores para continuar seus estudos fora do Brasil, indo para a Alemanha onde aperfeiçoou sua formação religiosa e humanista.

Assim, realizou, entre os anos de 1965 à 1970, o Doutorado em Filosofia e Teologia na Universidade Ludwig-Maximilian de Munique, Alemanha. Paralelamente, de 1968 à 1969, realizou estudos de extensão para pós-graduados nas Universidades de Wirzburg ( Alemanha) e Oxford ( Inglaterra), especialmente em lingüística e antropologia.

<sup>16</sup> BOFF, Leonardo. “Um Balanço de corpo e alma”. In BOFF, Leonardo . *O que ficou : balanço aos 50*. Petrópolis: Vozes, 1989. P.28

<sup>17</sup> Entrevista de Leonardo Boff a [www.petropolisemcena.com.br](http://www.petropolisemcena.com.br) / Dez.2006

Em 1970, defendeu sua Tese de Doutorado em Teologia na Universidade de Munique como Título “A Igreja como sacramento no horizonte da experiência do mundo: Tentativa de uma fundamentação estrutural-funcional de eclesiologia”. Joseph Ratzinger, então professor catedrático de Dogmática da Universidade de Ratisbona, estimulou a publicação da Tese. De acordo com Leonardo Boff:

*“ Ele ( Ratzinger) se mostrou tão entusiasmado que por sua conta procurou uma editora e me deu um montante considerável de dinheiro para facilitar a publicação, coisa que agradeço no prefácio do livro. Era sobre como a Igreja pode ser sinal e instrumento divino no mundo moderno, especialmente, em épocas de Revolução. ”<sup>18</sup>*

Momento de estudo e reflexão, contatos com teólogos e intelectuais, dentro da vida acadêmica bastante secular; a formação teórica caminhava com dedicação longe da realidade brasileira.

No decorrer de 1970, volta ao Brasil, e começa a sua ação pastoral na cidade de Petrópolis. Trabalhou com um grupo de leigos nas favelas daquele município do Rio de Janeiro, onde segundo Boff:

*“ Conseguimos junto a comunidade, montar creche, escola, fábrica de beneficiamento do lixo. Mantinha um pé nessa realidade muito dura e o outro na Cátedra de Teologia. Dessa mútua frutificação se estruturou a minha Teologia da Libertação ”.<sup>19</sup>*

Leonardo Boff representa, em particular na América Latina, uma das expressões intelectuais mais importantes da chamada Teologia de Libertação. Tornou-se o mais conhecido teólogo desta eclesiologia, transformando-se numa referência da esquerda católica no Brasil. Utilizando (ao menos em parte) o instrumental da análise marxista para compreender as estruturas de dominação e exploração existentes no Brasil e na América Latina, com sua postura política e produção intelectual, tornou-se símbolo de um cristianismo de libertação.

<sup>18</sup> Entrevista de Leonardo Boff a *Revista Memória e Caminhada*. Nº 6, 2004, P.14.

<sup>19</sup> Entrevista de Leonardo Boff ao jornalista Ricardo Valladares. [www.leonardoboff.com](http://www.leonardoboff.com)

Nesse eixo, articulou um discurso enfático contra a miséria e marginalização social, apresentando interpretação da fé cristã como fermento de radical transformação (libertação do povo oprimido da miséria).

Foi professor de Teologia Sistemática e Ecumênica em Petrópolis, no Instituto Teológico Franciscano, local que, em muito graças à projeção adquirida por seu mestre mais famoso, transformou-se em centro formador de referência no mundo católico latino-americano. Foi professor de Teologia e Espiritualidade em vários centros de estudo e universidades no Brasil e no exterior, além de professor-visitante nas Universidades de Lisboa (Portugal), Salamanca (Espanha), Havard (EUA), Basel (Suíça) e Heidelberg (Alemanha).

De 1970 a 1985, participou do Conselho Editorial da Editora Vozes. Foi redator da Revista Eclesiástica Brasileira (1970-1984) e da Revista de Cultura da Vozes (1984-1992), além de atuar na destacada Revista Internacional Concilium (1970-1995).

Em 1984, foi submetido a processo disciplinar pela Sagrada Congregação para a Defesa da Fé, ex Santo Ofício, no Vaticano. Compareceu, no dia 7 de setembro de 1984, à audiência com o então Prefeito da Sagrada Congregação, Cardeal Joseph Ratzinger. Em 1985, foi condenado a um ano de “silêncio obsequioso” e deposto de todas as suas funções editoriais e do magistério no campo religioso. Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, a pena foi suspensa em 1986, podendo retomar algumas de suas atividades.

Continuando a elaborar teologia contestadora e de grande apelo político, mantendo a utilização de elementos da análise marxista, Frei Leonardo Boff foi novamente ameaçado pelas autoridades romanas, em 1992. Desta vez, percebendo que cada vez mais seu campo de atuação nas funções de sacerdote e teólogo no interior da Igreja era cerceado, renunciou às suas atividades de padre, e com fina ironia, se “auto-promoveu” ao estado leigo. Ironia decorrente do fato do Código de Direito Canônico entender o movimento daqueles que deixam a vida religiosa como espécie de “rebaixamento” na hierarquia eclesial. Assim, Boff, ao desligar-se da estrutura hierárquica católica, registra também, pela ironia, seu protesto.

Continua, desde então, como teólogo da libertação, escritor, professor e conferencista, auxiliando os movimentos populares, como o Movimento dos Sem Terra e as Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs). Denunciante de uma realidade sócio-econômica

política como injusta e destruidora, proclama a necessidade de um novo padrão de produção e consumo, que, apontando para temas atuais como a Ecologia e o Desenvolvimento Mundial Sustentável, respeite a integralidade do Homem e do Meio Ambiente.

## 1.2- TEMPO DE MUDANÇA – os novos ventos começam a soprar...

É importante perceber que o pensamento religioso não evolui sozinho, no interior da Igreja, enclausurado nos dogmas, e restrito a hierarquia institucional: ele interage com outras formas de pensamento e outras esferas de organização social, política e cultural.

A eleição de João XXIII em 1958 trouxe um sopro de renovação no interior da Igreja Católica. Suas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), assim como, o Concílio Vaticano II, convocado por ele em 1959, contribuíram para uma onda de renovação do catolicismo.

João XXIII assumiu diante do mundo e da Igreja uma posição de diálogo e abertura em relação à sociedade moderna. Novas retórica e prática estavam sendo forjadas no mundo católico, em momento de fortes questionamentos sociais, econômicos e culturais, na efervescente década de 1960. Desenvolvimento econômico, igualdade social, direitos humanos, passaram a ser temas dominantes também da doutrina social da Igreja.

Entretanto, devemos assinalar que esse contato e abertura da Igreja com discursos e ações ligados a uma crítica social, sofreram resistências dentro do catolicismo mais conservador. Permanecendo latente por grande período, ou em alguns casos, ganhando contornos de confronto imediato, esses setores conservadores no interior da Igreja

buscaram ganhar “musculatura” para o enfretamento do processo de renovação deflagrado por João XXIII.<sup>20</sup>

Apesar das resistências, o Concílio Vaticano II permitiu o desenvolvimento de várias iniciativas, aproximando a Igreja da sociedade moderna, portadora dos ideais de progresso e crença nas Ciências no contributo para o desenvolvimento humano.

Na visão do teólogo jesuíta João Batista Libânio<sup>21</sup>, o Vaticano II pode ser lido como rompimento de um clima de conformidade ligado à visão pré-moderna, onde a Igreja era antes de tudo hierarquia clerical – Papa, Bispos, Padres -, concepção reforçada no Papado de Pio XII. Decisões em questões doutrinárias, morais e disciplinares se concentravam em Roma, engessando o pensamento teológico e a prática eclesial das Igrejas locais. Como nos diz o próprio Libânio:

*“ em resumo, predominava na Igreja até o Vaticano II o sujeito social pré-moderno e tradicional que vivia o dualismo natural e sobrenatural, com acentuação da dimensão clerical e dos aspectos de visibilidade da Igreja.”<sup>22</sup>*

Com o Concílio Vaticano II, ainda de acordo com Libânio, ocorre uma mudança de foco. Mudança centrada no sujeito social, que passa a ser entendido como indivíduo mas na qualidade de pertencerem a grupos sociais ou classes sociais, que assumem e desempenham papel decisivo na História. Os ventos da mudança....

Esses ventos de mudança começaram a chegar na América Latina. Ainda que lentamente, setores católicos esboçaram maior abertura e postura mais crítica nas sociedades latino americanas.

Em 1968, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, confirmou, no continente a renovação anunciada pelo Concílio em termos mundiais. Era a segunda vez que o episcopado se reunia na América Latina. A primeira Conferência ocorreu em 1959, na cidade do Rio de Janeiro, e priorizou questões internas da Igreja.

<sup>20</sup> Penny LernoUX afirma que a Cúria Romana “ fez o que pôde para obstruir o concílio e, depois que isso falhou, tentou sabotá-lo através da elaboração de documentos do concílio que reafirmavam o poder da igreja imperial.” IN LERNOUX, Penny. *A Barca de Pedro*, SP: Ática, 1992, p.31.

<sup>21</sup> LIBÂNIO, João Batista. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*, SP: Loyola, 2005.

<sup>22</sup> *Ibidem*. P.17

Em Medellín, a eclesiologia renovada, associando doutrina religiosa a questões históricas e sociais ganhou força. Forjava-se novo tipo de olhar sobre os problemas da América Latina, que se afirmou nos debates e textos elaborados pela Conferência. As diversas comissões consideravam como ponto de partida de seus trabalhos a realidade histórica. A articulação entre situação histórica e a fé cristã expressava a nova linha de orientação que emanava de Medellín. Os textos elaborados pelo episcopado latino-americano tinham, agora, um interlocutor que ouvia mas sobretudo agia e deveria agir dentro de uma dura realidade social. Agir com a força da fé, da superação e da libertação.

Do leigo, antes mero espectador passivo e conformado, segundo o modelo eclesial anterior (baseado na eclesiologia definida no Concílio de Trento, no bojo da Reforma Católica), surgia o leigo redefinido como sujeito histórico, agora elevado a interlocutor da hierarquia e agente do aggiornamento católico. Assim, o laicato ganha status, logrando antes impensada posição de destaque na ação social e cristã. Comissões, pastorais, grupos de reflexão com a participação ativa dos leigos foram estimulados por setores do episcopado mais ligados à implementação da nova agenda conciliar e pós-conciliar.

E a Igreja latino-americana buscava adaptar-se aos desafios da realidade continental, tendo como objetivo a luta por justiça social, paz e promoção humana dentro da fé. Proclamava sua “opção preferencial pelos pobres”.

As resoluções de Medellín passaram a ser um divisor de águas entre uma Igreja voltada para o diálogo com a modernidade e para a reflexão sobre os problemas vitais do povo, e uma Igreja tradicional, direcionada tão somente a questões doutrinárias e ortodoxas. A Igreja Conciliar apresentando-se como “Povo de Deus”, denunciava a violência institucionalizada e a injustiça social, não de maneira isolada, mas articulada com pessoas, grupos, organizações, críticos da realidade vigente.

Nessa ótica, a preparação de quadros (leigos, padres, teólogos, Bispos) identificados com a necessidade de renovação eclesial e formação cristã ligada à ação social, política, econômica e cultural era a condição básica para impulsionar e consolidar esse movimento de renovação.

O impulso para a consolidação do quadro teórico ligado a renovação eclesial situa-se nos dois primeiros anos da década de 1970. Com a publicação das obras *Teologia da Libertação: perspectivas*, do peruano Gustavo Gutiérrez, e *Jesus Cristo libertador*, do Frei

Leonardo Boff, a chamada Teologia de Libertação ganhou contornos e força na sociedade latino americana. Produção editorial, na linha desta nova eclesiologia, que se intensifica ao longo dos anos de 1970.

Já em 1981, foi lançado o livro *Igreja: carisma e poder*, escrito por Leonardo Boff. As formulações contidas nessa obra, na linha da Teologia da Libertação, foram alvo de fortes críticas de setores católicos mais conservadores, replicadas pela Cúria Romana, no processo doutrinário sofrido por Boff.

As obras do Frei Leonardo Boff contribuíram para que, ao longo de dinâmico processo de remodelagem da eclesiologia católica nacional, a Igreja brasileira se tornasse, na década de 1970, das mais progressistas do mundo, tendo uma atuação significativa no campo da política, denunciando a miséria e opressão, combatendo a ditadura militar (1964-1985).

Cenário de mudanças na política brasileira, no final da década de 1970, evocado nestes termos por Marcelo Ridenti:

*“ em 1979 entrou em vigor a lei de anistia aos condenados políticos pela ditadura; em 1980 ressurgiria o pluripartidarismo, dentre outras medidas que mudavam a cena política brasileira, ia ficando cada vez mais evidente a necessidade de renovar parâmetros da esquerda, em busca da revalorização da democracia, da individualidade, das liberdades civis, dos movimentos populares espontâneos, da cidadania, da resistência cotidiana à opressão, das lutas das minorias, entre outras.”<sup>23</sup>*

<sup>23</sup> - RIDENTI, Marcelo “ Cultura e política : os anos 1960-1970 e sua herança.” IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves ( orgs ) , *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura v.4*,RJ: Civilização Brasileira,2003, P.157

Na nova configuração da sociedade civil:

*“ ganhavam projeção, nos anos de 1980, correntes de esquerda - quer se autodesignassem marxistas, quer não - que buscavam contato com a realidade imediata das vidas cotidianas, com as lutas dos movimentos sociais por direitos de cidadania . ”<sup>24</sup>*

Nesse quadro dinâmico, destacamos o vigor das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Nas CEBs, de acordo com a eclesiologia liberacionista, vivia-se a fé cristã de forma crítica. Assim, por intermédio destas novas redes pastorais, encontravam-se dimensões litúrgico-celebrativas e de mobilização política da igreja popular, no cotidiano de opressão e miséria vivenciado pelos fiéis mais pobres, tanto no meio rural como urbano. Uniam-se, pois, nas CEBs, teoria e práxis do cristianismo liberacionista latino-americano, com a revalorização e a criação de novas práticas de cidadania, que ligavam credo individual e comunitário à participação na esfera pública, com claras implicações políticas. Implicações políticas inter e trans-ecclesial, diga-se.

Assim figura do teólogo da libertação e a sua produção intelectual eram representativas de uma nova postura política, saída do campo religioso, que repercutiu na sociedade e na política brasileira. A Teologia da Libertação, que Leonardo Boff ajudou a construir, reinterpretava a realidade social, articulando-se com setores progressistas. Produziu ela, portanto, projeto eclesial e político que, no período 1982-1985, sofreu duro ataque das forças conservadoras, por intermédio do processo movido contra Boff pela Cúria Romana.

---

<sup>24</sup> - Idem. P.158 e 159.

### 1.3- A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A Teologia da Libertação sistematiza-se principalmente na década de 1970 por intermédio da produção de teólogos como Gustavo Gutiérrez, Carlos Mesters, Jon Sobrino, Leonardo Boff e seu irmão Clodovis Boff. Estes e outros, buscaram dar base teórica para a necessidade de ordenar o processo de conscientização e organização política nascida da prática dos movimentos religiosos populares. Esses movimentos, com um viés de reflexão e análise crítica, nasceram das intervenções pastorais sobretudo nas chamadas comunidades eclesiais de base, as CEBs.

Dessa forma, existe uma dinâmica permanente, sendo a Teologia da Libertação uma reflexão baseada na fé cristã da prática religiosa e política das comunidades populares, e ao mesmo tempo, uma articulação dessa reflexão com um novo momento de práxis dando um embasamento teórico aos movimentos populares.

A relação práxis-teoria-práxis foi uma das bases instrumentais utilizadas para a análise da sociedade latino-americana pelos teólogos da libertação. Marxista ou não marxista, religiosa ou política, seja qual for a opinião que se tenha acerca das contribuições e das contradições da Teologia da Libertação, é inegável sua presença e importância na Igreja Latino-Americana.

Desenvolvida no Brasil e na América Latina logo após o Concílio Vaticano II, na 2ª metade dos anos de 1960, a Teologia da Libertação questionou o catolicismo institucionalizado e hierarquizado ligado às forças conservadoras, que davam suporte à dominação das elites. Foi criada uma atmosfera de lutas por mudanças sociais significativas na América Latina, com a atuação de católicos progressistas ligados aos movimentos sociais populares que entrariam, posteriormente, em rota de colisão com a rígida hierarquia da Santa Sé Romana.

Articular o discurso profético da denúncia da miséria e marginalização latino-americanas e do Terceiro Mundo com o discurso da fé cristã era a gênese da Libertação. A defesa dos direitos humanos, inclusive dentro da Igreja, era uma das bases para formular

uma nova perspectiva humana à partir da realidade dos empobrecidos. Era inegável a revolução latino-americana, num período de questionamentos em diversas sociedades industriais capitalistas, marcando o ano de 1968.

No Brasil, em fins da década de 1960 e início de 1970, a ditadura brasileira mostrava sua face mais dura: prisões arbitrárias, censura, tortura, exílio, morte. No compasso da revelação dessa face, setores da Igreja Católica começam a ter uma ação mais expressiva na defesa dos direitos humanos. D.Hélder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns, D. Pedro Casaldagua, D.José Maria Pires, membros da hierarquia, vinculados a posições críticas e populares, começam a denunciar interna e externamente as atitudes de arbítrio do regime militar.

Em outro nível hierárquico-institucional, padres e teólogos vão assumindo discursos e ações ligadas a resistência à ditadura, denunciando as condições de opressão e os mecanismos geradores de injustiças. A chamada esquerda Católica Brasileira ganha destaque na sociedade e na imprensa, na condenação da situação social, política e econômica do Brasil de então.

Na América Latina os clamores contra um sistema econômico excludente também são ouvidos. No bojo desse movimento, vários intelectuais, ao lado dos movimentos populares, direcionaram sua produção para análise crítica da realidade, tida por pecaminosa, e na apresentação de propostas de projetos transformadores, em nome da fé cristã.

O teólogo Gustavo Gutierrez lança no início dos anos 1970 o livro *Teologia da Libertação: perspectivas*, não só cunhando a expressão que ganhará relevo enquanto linha de pensamento, mas balizando aspectos que serão retomados por outros intelectuais, dentro de realidades específicas e com marcas próprias de cada formação cultural. Assim, pode-se dizer, por exemplo, que foram forjadas uma Teologia da Libertação brasileira, outra Teologia da Libertação andina, e outra centro-americana.

O levante popular que levou à Revolução Sandinista de 1979, na Nicarágua, derrubando a ditadura de Anástacio Somoza, contou com intensa participação de membros da Igreja Católica. Estimulada, sem dúvida, pelos “ventos da libertação”, com uma análise marxista e uma prática socializante, suscitou inquietação do Governo Americano e do Vaticano. Preocupação majorada com a instalação do novo regime, auto-apresentado como

“popular”. A partir daí, desenvolve-se na Nicarágua experiência eclesial que tenciona criar uma Igreja igualmente “popular”. Fato que leva Roma a temer a constituição, na América Latina, de uma Igreja Cismática.

#### 1.4 – A REAÇÃO CONSERVADORA

As eleições de João Paulo II ( Karol Wojtyla), ao Papado, e de Ronald Reagan, à Casa Branca, respectivamente, em 1978 e 1980, foram fundamentais para que projetos conservadores ganhassem uma configuração ideológica e ações consistentes tanto na política externa norte-americana quanto no interior da Igreja Católica.<sup>25</sup>

Com a vitória eleitoral de Reagan surgiu uma significativa “guerra de ideias” buscando o fortalecimento de setores conservadores tanto no interior do Partido Republicano, vitorioso nas eleições de 1980, como no Partido Democrático, e também na Academia e mídias norte-americanas.

Os conservadores vão criticar ativamente e vigorosamente políticas no campo liberal, responsáveis, na visão conservadora, pela decadência econômica e da política externa norte-americanas, nos anos de 1970. Batizados como “neoconservadores”, esse setor majoritário do Partido Republicano durante o Governo Reagan, valorizou a luta no campo ideológico, buscando na conquista de consciências e mentes, um dos caminhos para a consolidação do seu projeto político.

O Neoconservadorismo americano, no campo religioso, manteve, em nome de determinada visão de fé tida por ortodoxa, agenda reativa tanto em relação ao humanismo secular como à análise do Evangelho na ótica teológica liberal /progressista. Reafirmou a necessidade do respeito pelas estruturas de autoridade, disciplina e ordem moral. Postulou a preservação do núcleo familiar como norma cultural, o que implicava num antifeminismo e no repúdio aos direitos dos homossexuais.

No campo político, os neoconservadores caracterizavam-se pelo endurecimento em questões internacionais, em defesa dos interesses econômicos e geopolíticos dos EUA.

<sup>25</sup> EZCURRA, Ana Maria. *O Vaticano e o Governo Reagan*. SP: Hucitec, 1984.

Revitalizaram a chamada “democracia capitalista”, acreditando que a luta ideológica, era um conteúdo essencial na batalha internacional contra o “comunismo”.

Nessa “guerra de ideias”, desenvolveu-se política de contenção da disseminação de regimes de esquerda na América Latina. Priorizou-se o domínio da informação e da propaganda, com o objetivo de incentivar no exterior, formas político-econômicas precisas, no caso, o “capitalismo democrático”. Sistema este que garantiria alinhamento político pró-norte-americano e bandeira crucial na luta anti-socialista.<sup>26</sup>

O pensamento neoconservador, que assumiu o poder com a ascensão de Reagan ao poder, procurou partir e se apoiar nas crenças mais gerais da sociedade norte-americana, potenciando para si os conteúdos do relativo consenso entre o “capitalismo democrático” e o anticomunismo. Isso foi traduzido na política externa norte-americana, em especial em relação a América Central, na preeminência da questão da “democracia” trabalhada pela informação e propaganda americanas, como contraponto aos processos revolucionários latino americanos.

Entretanto, esse mesmo pensamento conservador procurou não só combater os projetos políticos e sociais ligados ao marxismo mas também rearticular temas ligados a posições liberais como a paz, os direitos humanos, as “reformas” na diversidade das configurações nacionais, produzindo dois movimentos: um de confrontação internacional contra os regimes socialistas consolidados e os potenciais processos revolucionários. Já na frente interna buscou-se desqualificar os adversários – liberais e intelectuais que utilizavam instrumentos de análise social marxistas – e criar uma possível hegemonia ao redor dos projetos conservadores emergentes.

Esse duplo movimento conduzido pelos neoconservadores dos EUA estava em sintonia com posicionamento doutrinal mais ligado à ortodoxia (tal como vista na Cúria Romana). Reforçava-se, assim, o apelo à centralização romana e o enquadramento de eventuais “desvios teológicos”. Portanto, criava-se zonas de confluência ideológicas entre o Vaticano e Washington.

A escolha do polonês Karol Wojtyla em 1978 para suceder o Papa João Paulo I gerou expectativas políticas e teológicas variadas.

<sup>26</sup> EZCURRA, Ana Maria. *O Vaticano e o Governo Reagan*. SP: Hucitec.1984. P.18

Assumindo o nome de João Paulo II, Karol Wojtyła, indicava uma homenagem ao brevíssimo pontificado do italiano Albino Luciani ( 26/08 a 28/09/1978), que liderou a Igreja Católica por apenas trinta e três dias, com a junção dos nomes de João XXIII e Paulo VI.

A escolha do original nome por parte do Cardeal Luciani era um indicativo da possível continuidade da abertura da Igreja Católica ao mundo secular, e portanto a escolha de Karol Wojtyła, assumindo o trono de Pedro com o nome de João Paulo II, além da homenagem, indicava essa possibilidade de permanência de uma linha doutrinal ligada às novas posições da Igreja emanadas do Vaticano II.

Entretanto a realidade iria negar tal expectativa. O Pontificado de João Paulo II implicou na organização e no lançamento de uma forte ofensiva conservadora, marcada pela preocupação em manter a ortodoxia, segundo a leitura conservadora curial, pelo apoio à centralização nas decisões e por uma revitalização do Papado e, em geral, das hierarquias eclesiásticas.

Tratou-se de uma reação e de um avanço marcados por formulações ideológicas antimarxistas, gerando zonas importantes de contato com o renascimento conservador nos Estados Unidos.

Esta confluência gerou debates e disputas como, por exemplo, as lutas empreendidas pelo CELAM contra a “Igreja Popular” e a Teologia da Libertação. Luta liderada, na América Latina, por Alfonso López Trujillo, prelado colombiano, secretário geral da Celam desde 1972, e posteriormente elevado ao Cardinalato e apoiado por João Paulo II para a presidência da citada Conferência Episcopal, em 1979.

Essa confluência resultou num aprofundamento da luta contra antagonismos internos, catalogados como “liberais” ou “marxistas”, por intermédio de uma forte defesa da ortodoxia, tal como concebida em Roma, e de um poderoso combate aos “desvios” doutrinários e pastorais dos católicos progressistas.

Deste modo são alvo de críticas e medidas disciplinares agentes tidos como “desviantes”: a “Igreja Popular”, a Teologia da Libertação, um certo “liberalismo” moral e social. Todos percebidos como coligados ou facilitadores da principal ameaça contemporânea para a sobrevivência católica e cristã: “o marxismo”.

O poder eclesial hierarquizado era indispensável para intervenção tanto no interior da Igreja Católica quanto numa ação vigorosa contra os regimes comunistas do Leste Europeu, e os modelos revolucionários que surgiam na América Latina como a Revolução Sandinista, realizada com apoio de membros da Igreja, na Nicarágua, em 1979.

A chamada volta à “Grande Disciplina” imposta no Pontificado de João Paulo II, pretendeu agir como instrumento de neutralização de qualquer projeto político e social baseado na análise marxista. Com efeito, segundo essa visão, o capitalismo podia ser “reformado”, enquanto o “marxismo” era taxativamente rejeitado.

Entretanto, mesmo se posicionando dessa maneira, matizes ideológicos e políticos são negados. Essas posições são auto-avaliadas pelos “atores” ligados a Igreja como “neutras” e “universais”, baseadas em um espaço espiritual superior, original, não conflitivo, única instância possível de unidade, cuja posse estaria reservada a Igreja Institucionalizada.

Nessa visão, apresentava-se a possibilidade de influir no campo político com ações não caracterizadas propriamente como políticas, mas ações de padrão institucionalizado de caráter religioso, e portanto, suficientemente “neutras” para as qualificar dentro de interesse unicamente doutrinal teológico.

A Igreja Popular e a Teologia da Libertação passaram a ser vistas como “desvios” doutrinários que deveriam ser contidas no interior da Igreja.

Os pontos de contato entre Vaticano e Washington, na realidade, apresentavam uma lógica, que não dava lugar para novos ensaios políticos. Dessa forma, tanto o Vaticano quanto Washington, atuaram no sentido de conter qualquer avanço socialista ou do ideário esquerdista. Área especialmente sensível, tanto para Roma, quanto para o governo dos EUA era a América Latina. Tal se devia seja pela representatividade desta última no mundo católico, por reunir parte significativa dos fiéis; seja por razões geopolíticas, dada a proximidade entre a América Latina e as fronteiras norte-americanas.

Bom exemplo da confluência de interesses entre Roma e Washington diante do que ocorria no conturbado cenário latino-americano, na década de 1980, é a postura adotada diante da Nicarágua sandinista. No que tange ao Vaticano, este manteve postura bastante crítica diante do governo sandinista e de sua tentativa de cooptar o clero progressista católico em prol das causas revolucionárias, política de aliança que terá na participação de

sacerdotes no ministério sandinista seu mais conhecido e polêmico episódio. No tocante a postura de Washington, registre-se reativa lógica geopolítica, postura que levou ao incentivo e financiamento, da parte do governo Reagan, à milícia de contra-revolucionários (os "Contras"). Enfim, tratava-se de, ignorando pruridos de se agir contra governos de países independentes, apoiar abertamente grupos que fossem contrários a novas experiências políticas que pudessem por em risco o poderio e a hegemonia dos EUA abaixo do Rio Grande..

Assim um socialismo renovado, original e democrático na América Latina não seria possível nem desejado. Nos projetos neoconservadores, todo socialismo seria o equivalente a "totalitarismo comunista". Ideia reforçada, no âmbito eclesial, pela vivência de um Papa polonês, que vivenciara o stalinismo e sua política anti-religiosa, repressão que, em menor grau, ainda era presente no Leste Europeu quando da eleição de Wojtyla para o trono de Pedro. Assim, a um socialismo unívoco, monoliticamente representado, sem matizes ou diferenciações, só se poderia contrapor o "capitalismo democrático".

Dáí a necessidade de sepultar a "Igreja Popular" e "depurar" a Teologia da Libertação: elas eram vistas como um sinal privilegiado na busca de um socialismo enraizado em setores das sociedades latino americanas. Uma produção ideológica que deveria ser combatida pois fornecia instrumentos para o questionamento das estruturas de dominação econômica e clerical.

Tanto o pontificado de João Paulo II como a administração Ronald Reagan resultam de um avanço neoconservador gerado como reação às experiências de renovação anteriores na Igreja Católica e nos Estados Unidos, respectivamente. Nos dois casos, renova-se a luta contra antagonismos internos, o que resulta como uma das prioridades a disputa no campo ideológico. Uma posição antimarxista e antiliberal, estão inseridos num quadro ideológico comum - que apesar da possibilidade da existência de diferenças - compartilham temas e adversários específicos.

A reação católica, nos seus traços antiliberais, no Pontificado de João Paulo II, tratou, sobretudo, de reforçar a teologia moral. Aborto, homossexualismo, anticoncepcionais, relações extra matrimoniais, condenação da ordenação da mulher, defesa da "família tradicional", enfim, reforça-se a ortodoxia romana ligada a moral social e familiar.

Nos seus traços antimarxistas, apesar de não ter desenvolvido temas como o "capitalismo democrático", mais trabalhado pelos neoconservadores americanos, não se absteve de "pregar" o tema da necessidade de "reformas". As "reformas" seriam um instrumento para deter o "ódio", a "violência", a "luta de classes"; ou seja, o "marxismo".

Em ambas as posições citadas acima ( antiliberais e anti marxistas) percebe-se obstinado projeto de combate ao processo de secularização das sociedades leigas modernas. O discurso utilizado da "decadência dos valores fundamentais", da "dessacralização", da "decadência moral", a condenação da "violência, da luta de classes e do ódio", presentes em vários trechos dos documentos da Cúria Romana ou nas viagens do Papa, constituíram a base de ataque não só ao "materialismo" mas também a alguns postulados liberais. A "re-sacralização" com a utilização de um léxico tipicamente religioso, encobre as opções políticas colocadas. Desenha-se um quadro analiticamente redutor que confronta o "Bem" e o "Mal".

A análise e reflexão histórica, de viés marxista, de setores da Teologia da Libertação são interpretadas no discurso da hierarquia conservadora da Cúria Romana como um risco para a fé cristã. A Cúria Romana, em particular a Congregação para Doutrina e Fé, alerta para os "desvios", expressando o receio da "ideologização" da religião. A "verdadeira libertação", na ótica de Roma, só seria alcançada a partir da prática da ética e da doutrina cristãs, práticas conduzidas pela hierarquia da Igreja institucionalizada.

Em síntese, o Vaticano e o governo republicano dos EUA, ao longo da década de 1980, assumiram um exaltado discurso conservador que apresentava pontos comuns. Como visto, no campo geopolítico, estava em jogo a contenção dos regimes socialistas. No âmbito do discurso, nota-se o reforço de postura crítica diante do que era tido por "decadência de valores", decadência expressa, entre outras características, no questionamento da noção de autoridade, algo inadimíssível, na visão dos conservadores, tanto em nível religioso quanto político.

A partir deste diagnóstico, os projetos populares vão sofrer duro ataque das forças conservadoras. A organização de uma Igreja Popular, por exemplo, articulada pelos leigos e não apenas pela hierarquia clerical, questionadora não só do tipo de construção eclesial mas também da estrutura econômica e social, tida por injusta e opressora e ligada ao capitalismo, vai sofrer um duro revés. Nicarágua, El Salvador e em outros quadrantes da

América Latina, tanto governos quanto Igrejas locais vão sofrer pressões dos mais variados tipos para o seu enquadramento à linha conservadora do Vaticano e de Washington.

. Acrescente-se que, no caso de Washington, a reação neoconservadora buscou também consenso ideológico no interior da sociedade norte-americana, visando legitimar sua forte política externa antimarxista. E, no caso da Cúria Romana, incentivou-se luta mais contra a “Igreja Popular” e a Teologia de Libertação, campanha que frisou o enquadramento hierárquico e doutrinal do mundo católico diante do receio da transformação da Teologia em ideologia revolucionária.

## 15- A VOLTA DO IRMÃO DO HENFIL: A REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL

A América Latina viveu nos anos 1960 e 1970 um período onde os regimes militares exerceram a violência e o arbítrio, com freqüentes violações aos direitos humanos. Sociedades amordaçadas. Vivia-se um clima de medo e terror com as Ditaduras militares, em particular do Cone Sul, com suas forças de repressão relativamente articuladas impedindo qualquer mobilização social.<sup>27</sup>

No Brasil, os militares que assumiram o poder em 1964 estavam vinculados aos interesses americanos e a ideologia de segurança nacional decorrente da Guerra Fria, entretanto, essa vinculação não foi monolítica. Exemplo disso foi o desenvolvimento na Escola Superior de Guerra (a ESG) da formulação e planejamento de um eixo desenvolvimentista e autonomista, já presente antes do Golpe de 1964 em alguns círculos militares.

Na segunda metade dos anos 1970, inicia-se processo de abertura política, posta em prática inicialmente pelo governo do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), a

<sup>27</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada. As ilusões armadas*. SP: Cia das Letras, 2002.

“abertura democrática” ou, na linguagem de Golbery do Couto e Silva, a “distensão lenta, gradual e segura”, visava uma relativa abertura política, de forma controlada, no sentido de não afetar o domínio do poder do Estado pelos militares e pelo capital.

Na palavras de Marilena Chauí :

*“ (...) foi apresentado um conjunto de “salvaguardas”, que permitiriam a manutenção dos ideais de 1964: a ordem ( contra a luta de classes e as esquerdas), o desenvolvimento ( a definição da economia pelos interesses do capital), o progresso ( o chamado “Brasil Grande”) e surpreendentemente, a democracia ( entendida como regime constitucional e representativo). ”<sup>28</sup>*

Essa distensão sofria no campo político uma forte pressão externa da política de Direitos Humanos do governo democrata de Jimmy Carter (1977-1981). No campo econômico, a permanência de condicionantes econômicos oriundos ainda do impacto da crise do petróleo de 1973, como por exemplo, a escassez de financiamento externo.

Com a crise mundial de 1982, após o segundo choque do petróleo e a recessão mundial dele advinda, ocorre uma forte recessão, e um significativo aumento das taxas de juros externos. Foi mais um ingrediente externo no sentido do esgotamento dos modelos econômicos latino-americanos; modelo esse que alcançara sucesso, até então, devido à forte entrada de recursos financeiros externos.

Internamente, a distensão política “lenta e segura”, preconizada pelo governo Geisel, entrava em choque com variados movimentos populares que começaram a se (re)organizar. Bom exemplo é o caso do renascimento do movimento sindical, ressurgimento iniciado pelas greves de 1978 no ABC paulista. A velocidade da abertura (que ainda nem ganhara este nome) também seria questionada pelo movimento em prol da Anistia Política, que ganha força na segunda metade dos anos 1970. Também de relevo são as contestações à

---

<sup>28</sup> CHAUÍ, Marilene. “O Pensamento Político e a redemocratização do Brasil .” IN *Revista Lua Nova*, SP: Cedec, 2007, P.174.

direita, notadamente as tensões no interior das próprias Forças Armadas que fazem parte do oficialato e dos praças desafiarem as timoratas intenções de distensão palacianas.<sup>29</sup>

De acordo com Francisco Carlos Teixeira, no processo de abertura :

*“Os dois principais atores internos em presença no jogo político da abertura foram, de um lado, o grupo militar constituído em torno do projeto Geisel-Golbery ( ao qual deveríamos somar alguns outros generais, como Orlando Geisel e João Figueiredo), herdeiros da linha política denominada Castelista e interessados numa imediata reconstitucionalização do regime militar, e, de outro lado, as forças políticas de oposição, o MDB, tendo à frente homens como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Richa, Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro, entre outros.”*<sup>30</sup>

Entretanto, ainda na visão de Francisco Carlos, a existência desses atores, “ não encerra toda a dimensão múltipla e fluida do processo político de abertura ”.<sup>31</sup>

Ligado ao Estado autoritário, empresários e federações das indústrias, tendo na linha de frente a Fiesp<sup>32</sup>, assim políticos ligados a Arena<sup>33</sup>, como Petrônio Portella e Marco Maciel, também tiveram importante papel no processo de Abertura.<sup>34</sup> No campo da oposição :

*“ o MDB acabou por ser empurrado em direção a uma atuação mais firme diante do regime militar por uma sociedade civil*

<sup>29</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “ Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.” IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves ( orgs), *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura* v.4, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>30</sup> Idem, p.254-255

<sup>31</sup> -Idem.p.255

<sup>32</sup> Fiesp –Federação da Industrias do Estado de São Paulo, órgão representativo das grandes industrias paulistas.

<sup>33</sup> - Arena- Aliança Renovadora Nacional, partido político criado durante o regime militar ( 1964-1985) que serviu de base de sustentação política de tal regime .

<sup>34</sup> -SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “ Crise da ditadura militar e processo de abertura política no Brasil, 1974-1985.” IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves ( orgs), *O Brasil Republicano-o tempo da ditadura* v.4, RJ: Civilização Brasileira, 2003. P.255

*extremamente organizada, com os sindicatos, a Igreja, a imprensa, os artistas e a universidade desempenhando um papel de crítica ao regime e, ao mesmo tempo, ao seu projeto de abertura.*<sup>35</sup>

Dessa forma, tanto externa quanto internamente, a arquitetura política montada por Geisel e Golbery foi posta em xeque pela crise mundial que se arrastava desde 1973/74, por crise institucional na área militar, e pelo aumento das mobilizações populares em torno da luta pela Anistia Política (1979) e pelo Movimento Diretas Já (1984).

Com a crescente mobilização da sociedade civil o planejamento do processo de Abertura controlada e gradualista corria sério risco. Em torno da Anistia Política a sociedade se mobilizou pressionando não só o projeto derivado da cúpula militar mas também as forças opositoras na exigência de ampliar e agilizar o processo de volta a Democracia.

O candidato de Geisel e Golbery à sucessão presidencial, general João Baptista Figueireido, chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), foi escolhido, apesar de algumas resistências nos meios militares, como o novo general-presidente, tomando posse em 15 de março de 1979, com o objetivo manter sobre controle a abertura, e para isso tendo

*“um dos principais pontos da agenda a anistia, item fundamental para a retomada do processo político da abertura, cada vez mais sob risco de ultrapassagem do governo pelo movimento popular. Pelas ruas, salas de aula, clubes, igrejas mobilizava-se a população em torno do lema Anistia, ampla, geral e irrestrita”.*<sup>36</sup>

Mesmo sendo decretada pelo governo em 28 de agosto de 1979, sem nenhum tipo de negociação com a sociedade civil ou com a oposição partidária, o tipo de anistia imposta ao país, onde era assegurada que não haveria *“revanchismos – uma das principais preocupações das Forças Armadas-, pois o perdão não consentiria que os militares*

<sup>35</sup> -Idem p.255

<sup>36</sup> Idem.p.269

envolvidos com a repressão fossem julgados ou condenados por atos praticados em nome do governo ou das Forças Armadas”<sup>37</sup>, não conseguiu conter a crescente mobilização político-social.

Acosado por uma crise econômica que desemboca em declaração de moratória no ano de 1983, o governo do general João Figueiredo foi cada vez mais pressionado pela mobilização popular. Iniciada de maneira tímida, a Campanha das *Diretas Já* ganhou as ruas das principais capitais brasileiras no ano de 1984.

A emenda do então deputado Dante de Oliveira (PMDB) que restabelecia o voto direto para Presidente da República representava “*um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando*”<sup>38</sup>. O projeto de uma Abertura controlada pelas forças do regime militar entrava cada vez mais em colapso na medida que as manifestações de massa ocupavam as ruas.

Entre 1981 e 1983, as tensões no cenário político nacional se acirram. Os setores mais duros das Forças Armadas orquestraram e executaram o atentado do Riocentro<sup>39</sup>. Somou-se a isto, a demissão de Golbery do Couto e Silva e o infarto que sofreu o general Figueiredo, eventos que lançam sombras sobre o futuro da transição democrática, nos moldes projetados por Geisel-Golbery. Esta, diante da torrente de contestação, à direita e à esquerda, perdia força, ameaçando também exaurir o regime. Nas palavras de F. C. Teixeira, “*o regime militar não tinha nem recursos nem projetos para a crise do seu projeto de abertura, e recolhia-se, de forma acabrunhada, ao imobilismo, enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas.*”<sup>40</sup>

Portanto, a transição da ditadura militar para um regime democrático-representativo, no Brasil dos anos 1980, viveu momentos decisivos no recorte cronológico da nossa pesquisa (1982-1985). Enfraquecido, o governo Figueiredo deixava espaço para que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura.

<sup>37</sup> - Idem p.270

<sup>38</sup> - Idem.p.273

<sup>39</sup> - O atentado do Riocentro foi um frustrado ataque à bomba que seria perpetrado no Pavilhão do Riocentro na noite de 30 de Abril de 1981 quando ali se realizava um show comemorativo do Dia do Trabalhador.

<sup>40</sup> - Idem P.273

Segundo Francisco Carlos Teixeira:

*‘É nesse momento, diante do vazio de ação, com o presidente fechado no Planalto e sem iniciativas, que os partidos políticos tomam a direção do processo de abertura. Não era mais a abertura de Geisel e Golbery, mas a abertura dirigida por um colegiado de cardeais, com anos de política, de vários partidos: Sarney, Tancredo, Aureliano, Franco Montoro, Brizola, Marco Maciel, Miguel Arraes, Antônio Carlos Magalhães, entre outros, que se unem para evitar retrocessos ou rupturas.’<sup>41</sup>*

Apesar de uma abertura direcionada pelos partidos e por políticos experientes, o movimento popular das ruas buscou imprimir suas demandas, assim “ *muito particularmente, num movimento corretivo da deriva centrista e moderada que a abertura adquirira, surge um poderoso movimento – este com ativa participação do PT – em prol de uma Assembléia Nacional Constituinte, capaz de impor a marca popular na transição pactuada.*” <sup>42</sup>

Na visão de Marco Aurélio Nogueira :

*“no Brasil, daqueles anos, constitui-se um pensamento que não se propunha apenas derrotar a ditadura militar na qual se vivia, o poder do Estado capitalista então estabelecido. O desafio era também o de pensar a democracia, entendida como processo de recomposição e alargamento do sistema político, de incorporação e integração social, de expansão e consolidação da democracia em sentido amplo”.*<sup>43</sup>

<sup>41</sup> Idem. P.275

<sup>42</sup> Idem. P.276

<sup>43</sup> NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento político e a redemocratização do Brasil IN *Revista Lua Nova*, SP: Cedec, 2007, P.198.

Ou seja, os diversos setores da sociedade civil buscavam não apenas derrotar a ditadura militar, mas também pensar “o depois”. Superar a ditadura, e reorganizar a sociedade dentro de projetos democráticos. Democracia dentro dos moldes da representação política liberal? Democracia na perspectiva de uma maior e mais direta participação das chamadas “massas populares”? Enfim, maior ou menor protagonismo social no “depois da ditadura”.

A Imprensa e Igreja foram parte atuante nesse contexto. Mesmo articuladas, de um modo geral, com outros protagonistas sociais, pela superação da ditadura e pela reconstrução democrática, essas instituições vão viver tensionadas, pois existiam no seu interior diversas propostas ou projetos mais elaborados para o tipo de sociedade que se queria criar.

## CAPÍTULO DOIS

### Reconstruindo o Caso Boff

#### 1.1- Preâmbulo

Analisaremos nesse capítulo o que foi produzido em termos jornalísticos sobre o **Caso Boff**, entre 1982 à 1985, na *Folha de São Paulo* e no jornal *O Globo*. O recorte temporal está relacionado ao início de processo movido contra Boff, em 1982, especificamente acerca das posições teológicas apresentadas no livro *Igreja: Carisma e Poder*, até o ano de 1985, quando foi estabelecido a punição ao teólogo brasileiro do “silêncio obsequioso” imposto pela Congregação para Doutrina da Fé, cujo prefeito era o então Cardeal Joseph Ratzinger, com o aval de João Paulo II.

Recontaremos o Caso Boff utilizando os textos jornalísticos dos diários carioca e paulista citados, comparando-os, buscando perceber possíveis variações de um fato que alcança o público leitor, numa disputa pela conquista da opinião pública.

O Caso Boff na leitura de *O Globo* e na leitura da *Folha de São Paulo* possibilitará por meio da análise dos textos, fontes utilizadas, do tipo de recorte, da abordagem, redimensionar o embate entre a Cúria Romana e o teólogo brasileiro, apontando como mais do que questão religiosa, uma disputa política ocorria nas sacristias e nas redações.

#### 1.2- Igreja: Carisma e Poder : Ensaios de Eclesiologia Militante

*“Não se trata de um livro unitário; como o subtítulo indica, encerra “ensaios de eclesiologia militante”, escritos nos últimos 12 anos, em ocasiões diferentes e atendendo a destinatários distintos. Há escritos para cristãos das comunidades de base; há textos elaborados para o leitor europeu; há outros, fruto de conferências em congressos de teologia; há outros ainda apresentados como*

*reflexões em cima de práticas concretas das comunidades cristãs de base. Expliquemos cada um dos treze capítulos. (...)*<sup>44</sup>

Dessa forma, Frei Leonardo Boff iniciou o que chamou de “*subsídios para o diálogo de 7 de setembro de 1984*”, texto onde procurava esclarecer os questionamentos e preocupações da Congregação para a Doutrina da Fé acerca do seu livro *Igreja: Carisma e Poder*.

Uma análise exaustiva de cada ponto do livro *Igreja: Carisma e Poder*, editado em 1981, é realizada pelo autor, fornecendo, a seus críticos, base para leitura dos diversos textos que compõem o livro. Enfim, Boff tenta evitar distorções ou esclarecer eventuais dúvidas – para tanto, inventaria o itinerário de suas reflexões, coligidas e registradas na obra em questão. Nesses mesmos escritos, Boff realça ser o livro em lume coletânea de ensaios, informação importante porque faz da obra mais uma reunião de textos que a formalização de qualquer tese de caráter mais sistemático.

O cuidado em esclarecer a forma e o contexto no qual foram produzidos os textos faz parte da defesa que o autor realizou, pois o cerne do processo canônico estava vinculado à análise crítica do livro elaborada inicialmente pela Congregação Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro, sede episcopal onde Boff tinha dois de seus mais conhecidos e duros críticos, o cardeal Eugênio da Araújo Salles e seu bispo-auxiliar Karl Josef Romer. Posteriormente, o debate sobre *Igreja, Carisma e Poder* foi remetido à Cúria Romana.

Em sua defesa, Frei Boff argumenta que :

*“cada capítulo possui sua autonomia ( à exceção dos últimos dois) e não aborda os temas sob os principais aspectos, apenas aqueles que cabiam no âmbito de uma conferência de uma hora, ao lado de outras, tratando de outros ângulos da questão.”*<sup>45</sup>

<sup>44</sup> -“Esclarecimento de Frei Leonardo Boff às preocupações da Congregação para a Doutrina da Fé acerca do livro *Igreja: Carisma e Poder*”. In ROMA LOCUTA, p.77.

<sup>45</sup> Idem, p.78.

A preocupação era pertinente. Frei Leonardo Boff sabia da possibilidade da utilização de uma leitura parcial do seu livro no combate que se avizinhava.

## 2.2 - Arquidiocese do Rio de Janeiro: a origem do processo.

O processo canônico levado a cabo pela Cúria Romana, por intermédio da Congregação para Doutrina da Fé, na época presidida pelo então Cardeal Joseph Ratzinger, teve o seu início pelas "mãos" da Comissão Arquidiocesana para Doutrina da Fé do Rio de Janeiro.

Essa Comissão solicitou ao teólogo Urbano Zilles, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre, uma apreciação do livro *Igreja: carisma e poder*, escrito por Frei Leonardo Boff, e editado pela Vozes em 1981.

O argumento apresentado pela Comissão, presidida por Dom Karl Josef Romer, era de que tinha recebido "*inúmeras solicitações de pessoas desejosas de uma orientação clara*"<sup>25</sup>, e portanto na lógica das funções eclesiais da Comissão cabia uma análise e esclarecimento, contribuindo para dirimir dúvidas.

Interessante notar que solicitação parte da Comissão Arquidiocesana mas atendendo um apelo cuja origem, em certa medida, é pouco claro, pois na expressão "*pessoas desejosas de uma orientação clara*", que faz parte do texto de Dom Karl Romer, a indeterminação começa não contribuindo para o objetivo da Comissão.

Outro ponto interessante nos passos iniciais do Caso Boff, é que o pedido da recensão teológica do livro já trouxe consigo um parâmetro de análise, que fica claro nas palavras de Dom Karl Romer, "*comparar com a fé apostólica da Igreja a doutrina pessoal de um teólogo e seus verdadeiros ou falsos argumentos*".<sup>26</sup>

Ao apresentar a questão dessa maneira, isola-se e contrapõe-se a produção teológica de Frei Leonardo Boff frente à Igreja Institucional. Nesse eixo de análise, o teólogo Urbano Zilles ao efetivar sua recensão, publicada no Boletim da Revista do Clero em fevereiro de 1982, sem o conhecimento de Frei Boff, autor do livro, reconhece que a "*obra compõe-se de textos de*

<sup>25</sup> - "Recensão de Urbano Zilles, oficialmente assumida pela Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, do Rio de Janeiro", In *ROMA LOCUTA*, p.13

<sup>26</sup> - *Idem*, p.13.

conferências pronunciadas em circunstâncias diversas, num espaço de tempo relativamente grande". Porém afirma Zilles, todo o encaminhamento da recensão baseia-se na em "uma tendência muito forte para "liquidar" a Igreja Institucional".<sup>27</sup>

Tratava-se, pois, de confronto eclesiológico bem definido: uma Igreja fortemente hierarquizada e institucionalizada vai se contrapor aos diversos textos que formatam *Igreja: Carisma e Poder, expressão dos postulados eclesiais liberacionistas*.

No bojo do confronto, diversas reflexões, contidas no livro, foram deixadas em segundo plano, tendo a Comissão e a Arquidiocese do Rio de Janeiro assumido uma análise que iluminou com muito mais intensidade aspectos que, em certa medida, incomodaram os defensores de eclesiologia mais hierárquica e institucional.

As diversas reflexões sobre as estruturas de exploração e dominação da realidade latino-americana contidas no livro - quando questionadas, e nem sempre o são - são feitas sem a utilização de nenhum instrumental de análise para contrapor a utilização, por Boff, de contribuições marxistas para lastrear seu diagnóstico da realidade latino - americana.

O movimento de reação eclesial é claro : condena-se. Proclama-se uma Verdade. Deixa transparecer preconceitos político-ideológicos, como o que podemos depreender de uma parte da recensão do teólogo Urbano Zilles. Diz ele :

*" Da mesma maneira que o teólogo deve orientar-se na verdade do Evangelho, deve orientar-se também na verdade dos fatos. Não se pode negar que na raiz histórica do povo latino-americano há também o problema de não querer trabalho, mas emprego, de querer enriquecer de uma só vez ( loterias, jogo do bicho etc )".*<sup>28</sup>

O Caso Boff seguiu os caminhos canônicos da Igreja. Ao longo do ano de 1982, várias cartas de autoria do próprio foram remetidas a Dom Karl Romer, Presidente da Comissão Arquidiocesana para Doutrina da Fé, ao Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Eugênio Salles, ao Cardeal Joseph Ratering, então Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé em Roma, ora

<sup>27</sup> - Idem, p.14.

<sup>28</sup> - Idem, p.16.

solicitando espaço editorial para expor e defender sua posição, ora apenas para informar o que estava ocorrendo, no caso de carta-informação enviada ao Cardeal Prefeito.<sup>29</sup>

Réplicas e trélicas entre Urbano Zilles, Dom Karl Romer, Frei Boff são constantes ao longo daquele ano de 1982. Mas expostas em canais editoriais da Igreja como no Boletim da Revista do Clero e na Revista Eclesiástica Brasileira ficaram restritas aos "iniciados", não chegando a público leitor mais amplo.

Sem nenhuma publicação da Folha de São Paulo, e com apenas uma minúscula reportagem no jornal *O Globo*, onde Frei Boff desmentia sua transferência para Índia ( *O Globo*, 26/03/1982), as questões teológicas ou a polêmica gerada em torno do livro *Igreja: Carisma e Poder* não se tornam assunto de destaque na imprensa, no ano de 1982, ano inicial do processo disciplinar contra o franciscano brasileiro.

Fora da pauta jornalística, o ano de 1982 ficou restrito aos trâmites canônicos e institucionais.

Foi em 1983 que o Caso Boff começa a alcançar a praça pública. Reportagens em periódicos como *O Globo* e *Folha de São Paulo* vão ampliar um debate religioso, até então restrito as esferas institucionais, para alçá-lo a tema nacional, sujeito a interpretações e análises variadas.

Foram, no total, 91 reportagens jornalísticas pesquisadas, em ambos os diários, entre o ano de 1982 a 1985. Abordavam, no geral, o desenvolvimento do embate entre a Cúria Romana e a Teologia da Libertação, e em particular, retratavam o processo sofrido por Frei Boff.

Desse total apenas uma reportagem foi publicada em 1982, 5 publicadas no ano de 1983, 74 no ano de 1984, e 11 no ano de 1985.

O "pico" do noticiário ocorreu no ano de 1984, e não por acaso. Em 7 de setembro daquele ano, Frei Leonardo Boff foi recebido, em Roma, pelo Cardeal Ratzinger. Trata-se, por assim dizer, do epicentro do debate. Posteriormente, Boff afirmará em declaração bastante significativa, que se sentou na cadeira que já tinha sido ocupada por Giordano Bruno<sup>30</sup>. As escaramuças anteriores e posteriores ao encontro do Cardeal Ratzinger e Frei Boff foram retratadas significativamente na produção jornalísticas.

<sup>29</sup> -idem p.19

<sup>30</sup> - Giordano Bruno ( 1548-1600)- Teólogo, filósofo, escritor e frade dominicano italiano. Condenado à morte na fogueira pela Inquisição romana por heresia.

Reportagens autorais, textos apresentados sob a roupagem aparentemente neutra de "notícias", debates ou artigos assinados, refletiam na produção jornalística o desenrolar dos fatos. Indicavam igualmente o posicionamento de diferentes setores da Igreja, como também de outros segmentos sociais em relação aos discursos, às propostas, às visões de sociedade que estavam em jogo.

### 2.3- O CASO BOFF NA LEITURA DO JORNAL O GLOBO

No jornal *O Globo*, o formato dos textos, reduzidos e sucintos, e sua vinculação no espaço do primeiro caderno – o País –, favorecia uma leitura menos contextualizada e de pouco aprofundamento, sem contrapontos. Neste sentido, por exemplo, não foi feita nenhuma entrevista com Frei Boff, mesmo que o então frei houvesse sido apontado pelo próprio jornal como um dos centros da "polêmica".

É transparente a reprodução de um discurso oficial de setores ligados a uma Igreja hierarquizada e institucional, ou seja uma Igreja centralizada na figura do Papa, organizada e submetida a Santa Sé, onde a mobilização e atuação dos leigos deveria estar submetida às autoridades eclesiásticas. Esta visão que podemos qualificar como conservadora era reproduzida pelo jornal carioca.

Buscando no seu discurso "absolutizar a fé", desligando-a da militância política mais contestadora, e enfatizando o respeito à hierarquia, esse setor buscava evitar análise mais global da Teologia da Libertação, assim como silenciar críticas mais ácidas às estruturas econômicas e políticas na América Latina.

O perigo da Teologia da Libertação se transformar em mera ideologia revolucionária baseada na luta de classes era um dos grandes temores de parte da hierarquia eclesial mais ligada à Cúria Romana e a setores eclesiais mais conservadores no Brasil. A Nicarágua Sandinista, com sua polêmica experiência de Igreja Popular agregada ao governo de esquerda era o exemplo que deveria ser evitado.

A questão central, à luz da eclesiologia tradicional, era o desrespeito hierárquico e institucional, com a conseqüente transformação da Teologia da Libertação em ideologia

revolucionária. E Frei Leonardo Boff, como face mais conhecida do projeto de cristianismo militante à esquerda proposto pela Teologia da Libertação, e suas obras, em especial o contestado *Igreja, Carisma e Poder*, deveriam ser desconstruídos publicamente, em duros e inequívocos termos.

Está presente nos textos do jornal *O Globo* uma freqüente aproximação entre a figura do teólogo e da Teologia de Libertação. Esta, afinal, era aceita como produção teológica válida e necessária por importante parcela de Bispos brasileiros de então, nos quais destacamos D. Paulo Evaristo Arns e D. Helder Câmara, por exemplo. Por isso, atacar a figura do teólogo popularmente mais identificado com a Teologia da Libertação era uma hábil maneira de atingir esta própria eclesiologia progressista. Criticando Boff, atingia-se duplo objetivo: alvejava-se a Teologia da Libertação. E, ao mesmo tempo, evitava-se enfrentar diretamente importantes autoridades eclesiásticas da Igreja brasileira que se posicionavam a favor da liberdade na produção teológica. Em suma: atacar a parte para atingir o todo.

A postura mais conservadora reproduzida nas reportagens apontava ao leitor a necessidade da supremacia do espiritual, do religioso, do sagrado sobre o político. Trabalhando na criação de imagens, os textos vinculados em *O Globo* recorreram ao discurso médico – utilizando expressões como “corpo”, “doença”, “infecção” –, e a um discurso moral com jogos de palavras e expressões como “caminho certo” x “caminho errado”, “verdadeira doutrina” x “falsa libertação”, buscando desqualificar não só o teólogo Boff, mas as articulações sociais que a Teologia da Libertação trazia em si.

Em uma reportagem de 1983<sup>31</sup>, que no seu formato fugia ao padrão estabelecido pelo *O Globo*, publicou-se em forma de debate, texto que expunha a busca de João Paulo II de mediar diferentes tendências no interior da Igreja.

Num raríssimo texto de combate direto a Teologia da Libertação, e raro também no quesito autoria da reportagem, os jornalistas Renato Pinheiro, Patrícia Nolasco, e Tânia Gonçalves, assinam um texto de página inteiro no caderno País. No mencionado texto, a posição dos teólogos argentinos Eugênio Delaney e Enrique Dussel, ambos ligados à Teologia da Libertação, é severamente criticada por Dom Luciano Duarte, na época Arcebispo de Aracaju, Dom Boaventura Kloppenburg e ... Dom Karl Romer.

<sup>31</sup> - *O Globo*, reportagem 4 de Dezembro de 1983, caderno País.

Com o título “*Diálogo em vez de confronto: Vaticano faz a mediação entre as suas tendências*”, a composição gráfica da reportagem destaca em letras maiores duas expressões: “*Apelos do Papa não estão sendo atendidos pela Igreja Popular*” e “*Infalível quanto a dogmas, Igreja deixa de sê-lo quanto a política*”, ambos de autoria de dom Boaventura. Criticados, nenhum dos intelectuais argentinos acima nomeados, é ouvido pelos jornalistas que assinam a matéria.

No corpo da reportagem Dom Luciano Duarte, Dom Boaventura Kloppenburg e Dom Karl Romer posicionam o Papa João Paulo II como mediador, portanto, estando acima de qualquer tendência ou discussão teológica. Menos um crítico, mais um árbitro.

A propósito, a luta em torno da figura Papa vai ser uma constante no debate entre as diferentes correntes no interior da Igreja. A busca de legitimação, a partir de um suposto posicionamento papal, foi freqüente ao longo do período 1982-1985, conforme publicado em diversas reportagens de *O Globo* e da *Folha*.

Essa busca da legitimação gerou uma “forte sintonia” entre alguns Bispos e João Paulo II, como podemos constatar no final da reportagem citada, onde nas palavras de Dom Karl Romer: “*O Papa admite o pluralismo teológico, mas este tem limites, que são os critérios da fé, e dentre estes, a obediência constante ao Espírito Santo, e a comunhão de todos os pastores em torno de Pedro e seu sucessor, João Paulo II.*” Trata-se, portanto, de clara exaltação da hierarquia como critério da produção teológica e de sua legitimação como produto ortodoxo.

No ano de 1983, apesar das poucas reportagens, *O Globo* já indicava o caminho que seria trilhado pelo diário carioca na conquista da opinião pública para a condenação da teologia produzida por Boff, relacionando-a como uma elaboração de caráter mais ideológico do que religioso. A reiterada ausência de referências ao livro *Igreja: Carisma e Poder*, sem a produção de debates entre as tendências existentes no interior da Igreja no Brasil, a vinculação do debate em torno da condenação da utilização do marxismo como instrumento de análise social, e o reforço da ideia de autoridade da hierarquia eclesial estarão presentes na produção jornalística do jornal.

Em Março de 1984 ressurgem em *O Globo* reportagens sobre o Caso Boff.

Coerente em seu apoio à eclesiologia mais conservadora, *O Globo* vinculou, no caderno País, um texto com o título “*Cardeal: Teologia da Libertação é perigo para a Fé*”.<sup>32</sup>

<sup>32</sup> - *O Globo*, reportagem dia 14 de Março de 1984, caderno País.

Pequeno, sem nenhum caráter analítico ou investigativo, o texto reporta informações vindas da Cidade do Vaticano, que reproduziriam declarações do Cardeal Joseph Ratzinger, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, condenando a “mistura da doutrina católica com o marxismo”, e a interpretação do mundo “à luz da luta de classes”.

Ou seja, pelo menos em *O Globo*, o ano de 1984 começa como terminou o de 1983. Isto é, o eixo do debate estava vinculado à condenação da utilização do instrumental marxista pela Teologia da Libertação. Assim o jornal consolidava posicionamentos mais conservadores, divulgando-os junto a seu público.

Abril, maio, e junho foram meses nos quais uma reportagem, em cada mês, foi reproduzida. Todas elas eram formadas por textos pequenos, com as mesmas características de transformar as páginas do jornal *O Globo* em órgão oficial de uma Igreja hierárquica e institucional. Não será por coincidência que nas três reportagens D. Avelar Brandão Vilela, Cardeal Primaz do Brasil, e clérigo bastante conservador, era a fonte da reportagem.

As notícias vinculadas em *O Globo* vão ganhar mais intensidade a partir de meados de 1984. Ou seja, o número de matérias cresce em número, avoluma-se, como também o teor das mesmas se torna mais crítico em relação a Frei Boff e à Teologia da Libertação.

No mês de Julho chegou ao Brasil vindo de Roma, D. Agnelo Rossi. Ex-Arcebispo de São Paulo, nomeado em 1964, deixou a Arquidiocese em 1970 indo ocupar vários cargos de relevo na Curia Romana. Quando desembarcou no Brasil, D. Agnelo ocupava o cargo de Presidente da administração do Patrimônio da Sede Apostólica. Segundo *O Globo* o Cardeal Rossi viera passar férias no Brasil.

Porém, foi a partir desse momento, com a vinda de D. Agnelo Rossi, que o movimento de ofensiva contra Boff e a Teologia da Libertação, no âmbito das transformações que se passavam na sociedade brasileira, imersa nos tenso meses finais do governo Figueiredo, último general-presidente do regime imposto ao país em 1964, ganhou nova dinâmica.

Ainda em Julho, no dia 12, D. Agnelo “comunicava” por intermédio de *O Globo*, em primeira mão, que no mês de setembro o Vaticano divulgaria um documento, nas palavras de D. Agnelo “condenando a utilização do marxismo na análise da realidade e a igreja popular, que prega a luta de classes”.<sup>33</sup> Segundo a fonte utilizada pela reportagem, ou seja, Dom Agnelo Rossi, o documento já teria sido aprovado pelo Papa João Paulo II.

<sup>33</sup>-*O Globo*, reportagem do dia 12 de julho de 1984, caderno País.

Note-se que d. Agnelo desempenhava um cargo administrativo em Roma, não estava ligado de maneira direta à CNBB, não era Bispo de nenhuma Diocese no Brasil, e estava, ao menos formalmente, em férias.<sup>34</sup> Contudo, na sua bagagem, carregava bem mais do que “roupas leves”.

Apenas três dias após essa reportagem, ou seja dia 15/07/1984, D. Agnelo volta a frequentar as páginas de *O Globo*. Dessa vez, como registrado em matéria intitulada “*Dom Agnelo teme as posições radicalizadas*”, o prelado propõe análise sociológica no mínimo questionável, ao afirmar no início da reportagem: “*O Brasil vive uma situação histórica de caldeamento de raças, o que oferece uma ambiente propício a posições radicalizadas*”.<sup>35</sup> Esse “caldeamento”, ou seja, essa miscigenação das raças no processo histórico de formação do povo brasileiro, na visão externada por D. Agnelo, era propício a “radicalização das posições”. A organização leiga e popular da Igreja era entendida pelo Cardeal lotado em Roma como uma “radicalização” perigosa que poderia desestabilizar em particular a Igreja institucional, e no geral, toda a sociedade brasileira.

No corpo do citado texto, os mesmos pontos de vista: D. Agnelo crítica a Teologia da Libertação pelo uso do marxismo, condena o que chamou de “*incitamento a luta de classes*”, e anuncia a futura formação do Centro de Espiritualidade Beato José de Anchieta<sup>36</sup>, sediado em Aparecida, São Paulo, que teria a função de gerar um “*movimento de contraposição à Teologia da Libertação e que pretende contar com voluntários de todo o país.*” Isto é, para a contraposição à excessivamente militante (e politicamente à esquerda) Teologia da Libertação, funda-se centro de “espiritualidade” (não sem motivo em homenagem a Anchieta, beato de devoção bastante tradicional, ligado à modelo de cristianismo colonial). Enfim, uma reação, também ela motivada pela disputa política inter-eclesial, ainda que tal inspiração (e reação) política não seja admitida.

Em torno de D. Agnelo Rossi os setores mais conservadores vão aglutinar forças, com o aparente aval das autoridades da Cúria Romana. O Cardeal Rossi se tornou, assim, um dos

<sup>34</sup> - Lembramos que após o Vaticano II, que descentralizou moderadamente a estrutura do poder eclesial, as Conferências de Bispos dos diversos países desenvolveram uma postura mais voltada a realidades locais e, em alguns casos e locais, mais progressista. Essa postura de maior colegialidade, em vez do acentuado centralismo romano característico da Igreja pré-conciliar, estava também em jogo no embate entre conservadores e progressistas no interior da Igreja no Brasil.

<sup>35</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 15 de julho de 1984, caderno País.

<sup>36</sup> - José de Anchieta (1534-1597)- jesuíta, beatificado por João Paulo II. Conhecido pelo seu trabalho de conversão das indígenas no período de colonização do Brasil. Modelo missionário conservador.

principais porta-vozes dos setores críticos da eclesiologia progressista latino-americana, indo para o embate direto, lamentando que “representantes da Igreja no Brasil contrários à Teologia da Libertação tenham permanecido em silêncio com medo de serem marginalizados.”<sup>37</sup>

Nessa mesma reportagem, utilizando a metáfora da família, D.Agnelo afirma que “um dia, o pai tem que intervir”, comparando o Papa a um chefe de família. Comparação, a propósito, que apela à etimologia da palavra “Papa”.

Ainda segundo o Cardeal “a Igreja não pode ser inocente para favorecer a aplicação do comunismo que é materialismo, ateísmo militante”. D.Agnelo Rossi, ao que parece, teve como uma das principais atividades de suas férias no Brasil, entrevistas ao jornal *O Globo* confrontando a Teologia da Libertação

Ainda neste sentido, leia-se: “A poda é necessária para a árvore dar bons frutos”<sup>38</sup>. Essa frase dita por D.Agnelo, apresentava a Teologia da Libertação como um “desvio teológico” perigoso, pois poderia gerar um distanciamento de setores da Igreja das orientações do Papa.

O exemplo utilizado por D.Rossi é, de forma emblemática, o da Nicarágua, onde sacerdotes que faziam parte do governo sandinista teriam, por ocasião da visita Papal (1984), se manifestado contra João Paulo II e a favor do regime revolucionário. Assim, o prelado brasileiro exteriorizava temores de outros membros da hierarquia mais conservadora: a associação tida por alguns de fé cristã e militância política de esquerda, sobretudo na América Latina, continente de histórica presença católica.

Utilizando-se de uma linguagem médica, D.Agnelo, afirmava que “quando o mal começa a nascer em qualquer parte do organismo é preciso eliminá-lo o mais depressa possível, para que ele não cresça. Caso contrário corre-se o risco de ele infeccionar mais tarde.”<sup>39</sup>

Saúde / Doença, Bem / Mal, são expressões-chave na criação de imagens que o leitor, sem qualquer outro contraponto, receberá e as utilizará como componente para a construção de uma opinião. Parece que, em certa medida, pelo menos nesse caso, o objetivo não era informar e contribuir para a formação da opinião pública, mas sim conquistá-la. Mais que debate, D.Rossi, com o apoio de *O Globo*, estava empenhado no combate.

D.Agnelo volta à carga em reportagem mais extensa, veiculada em um domingo do início de agosto de 1984. Nela antecipava a seu público que o Vaticano divulgaria em setembro um

<sup>37</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 28 de julho de 1984, caderno País.

<sup>38</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 29 de julho de 1984, caderno País.

<sup>39</sup> - *idem*.

documento de condenação a Teologia da Libertação. Novamente recorrendo ao discurso médico afirmava: “O documento surgiu da necessidade de um aviso muito mais geral. É como o caso de um médico: diante do perigo de uma epidemia ele tem que alertar e prevenir”.<sup>40</sup>

Ainda na mesma reportagem, oficialmente gozando de seus dias de férias no Brasil, o Cardeal presidente da Administração do Patrimônio da Sede Apostólica, confirma que o Papa já tinha aprovado o citado documento, e enumera uma série de ações que caracterizavam um combate sistêmico contra a Teologia da Libertação.

Com a expressão “apertando o cerco aos seguidores da Teologia da Libertação”, D.Agnello cita o envio pelo Papa de um visitador apostólico (o Cardeal alemão Joseph Hoffner) à Faculdade de Teologia da Arquidiocese de São Paulo, importante pólo de difusão da Teologia da Libertação. Ainda informa os leitores acerca da convocação ao Vaticano dos Bispos do Peru, que não puniram nem condenaram a obra do teólogo Gustavo Gutierrez, primeiro formulador da Teologia da Libertação. Dá conta, igualmente da pressão do Vaticano para que a Companhia de Jesus expulsasse o Padre Fernando Cardenal, caso ele aceitasse o cargo de Ministro da Educação no governo sandinista nicaraguense. E finalmente, cita o processo movido pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé contra o teólogo Leonardo Boff, em virtude das teses defendidas no livro “Igreja: Carisma e Poder”.

Ao mencionar todas essas ações, é possível perceber o conhecimento e a autoridade de D. Agnello, pois em nenhum momento nas reportagens, nem em *O Globo* nem na *Folha*, aparece qualquer restrição por parte da Cúria Romana face às declarações de um Cardeal, então em férias ocupando um posto ligado mais a burocracia administrativa.

Muito ao contrário, mais do que uma viagem de descanso, propomos aqui entender a presença de D.Agnello entre nós como parte substantiva da ofensiva articulada, desde Roma, contra a Teologia de Libertação, sendo a mídia, a esfera de atuação do prelado.

No dia 30/08/1984, *O Globo* vai publicar, num “furo de reportagem”, o documento da “Instruções sobre alguns aspectos da Teologia Libertação”<sup>41</sup>, elaborado pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, na íntegra e com exclusividade, como destacou o jornal.

Com direito a foto do Cardeal Joseph Ratzinger, o documento, segundo o sub-título da reportagem, advertia que: “o uso do marxismo é a negação prática da Fé”.<sup>42</sup> Realçando num

<sup>40</sup> - *O Globo* reportagem de 5 de Agosto de 1984, caderno País.

<sup>41</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 30 de agosto de 1984, caderno País.

<sup>42</sup> - *ibidem*.

enorme título que o “*Vaticano condena os desvios da Teologia da Libertação*”, mesma expressão utilizada por D.Agnelo em reportagem anterior, *O Globo* publicou o documento assinado pelo Cardeal Ratzinger, que ao final confirma que o “*Sumo Pontífice João Paulo II o subscreve*”.<sup>43</sup>

Documento com código e linguagem específicas, foi reproduzido para o público leitor sem qualquer adequação a uma linguagem jornalística. Deste modo ao leitor de *O Globo* não é fornecida análise mais aprofundada de afirmações presentes no documento em questão que, em certa medida, não absolutizam a condenação da Teologia da Libertação por Roma. Tal é o caso do inequívoco reconhecimento romano à aspiração dos povos à libertação, aspiração esta baseada no Evangelho. Também, apenas para destacar mais um importante ponto, não é frisado ao leitor de *O Globo* que o documento romano se auto-apresenta como incompleto, registrando a necessidade de estudo futuro mais aprofundado, e em chave mais positiva, das riquezas, em termos doutrinários e práticos, do tema da liberdade cristã e da libertação.<sup>44</sup>

No dia seguinte a publicação, ou seja, no dia 31/08, se despedia das suas férias no Brasil o Cardeal Agnelo Rossi, que entre os preparativos de sua volta a Roma, conseguiu tempo para dar mais uma reportagem ao *Globo*, reafirmando a condenação do Marxismo, pois esse “*não pode substituir o Evangelho*”.<sup>45</sup>

Interessante registrar que o purpurado se despede, estranhando a divulgação antecipada do documento, enfatizando que “*isso deveria ocorrer apenas no dia 3 de setembro, através do próprio Vaticano*.”<sup>46</sup> Entretanto no corpo da reportagem ele afirmava que o “*importante agora não as repercussões junto aos Bispos que vão interpretar a posição do Vaticano, cada um em sua Diocese*”. Continuando, avalia D. Rossi que o documento “*colocou o pingo nos is na questão da Teologia da Libertação, embora, alguns possam não se enxergar como destinatários*.”<sup>47</sup>

Por tudo que se disse, D.Agnelo partiu para Roma, ao que parece, com a “missão” cumprida. Assim, a mobilização dos setores contrários a Teologia da Libertação agora teria como referência um documento oficial como parâmetro de atuação.

<sup>43</sup> - *Idem*.

<sup>44</sup> Para estas informações, ver GIBELLINI, Rosino – *A Teologia do Século XX*, SP, Loyola, p. 376. Interessa ainda notar que o prometido documento mais aprofundado sobre a Teologia da Libertação é publicado por Roma, poucos anos depois, em 1987. Nele, com efeito, observa-se mirada mais positiva em relação à Teologia da Libertação, definida por Roma como “necessária”.

<sup>45</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 31 de agosto de 1984, caderno País.

<sup>46</sup> - *Idem*.

<sup>47</sup> - *Idem*.

E o embate sobre a Teologia da Libertação – e também o bombardeio retórico a ela – seguiu nas páginas de *O Globo*. Tendo por referência as *‘Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação’*, voltaram a frequentar as páginas do jornal, com a saída de cena de D. Agnelo, personagens que anteriormente foram pautados pelo diário.

D. Avelar, D. Boaventura e, em menor escala, D. Eugênio de Araújo Salles retornam as “manchetes” com um trunfo importante na defesa das suas posições. O documento da Sagrada Congregação que tinha o aval de João Paulo II, agora era a base de todas as críticas à eclesiologia progressista latino-americana, críticas que dali em diante teriam por eixo a noção de **Desvio**.

A noção de desvio tendo como referência uma hierarquia eclesial controladora dos movimentos leigos no interior da Igreja, e que via com restrições uma maior participação popular na vida eclesial e social. Neste sentido, lembre-se que, ao lado da utilização do instrumental marxista, outra crítica dirigida à Teologia da Libertação por Roma foi o favorecimento, em ambientes cristãos de esquerda, à formação de uma Igreja paralela, a Igreja popular.<sup>48</sup>

Setores mais próximos à TL buscaram imprimir interpretação própria às *“Instruções sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação”*, versão mais propícia a seus ideais e à eclesiologia defendida por esses agentes. Tratava-se, então, de nítida luta em torno da interpretação do documento do Vaticano e também do papel representado pelo papa João Paulo II em todo o episódio.

Assim, em raro espaço aberto pelo *O Globo* à D. Paulo Evaristo, Arcebispo de São Paulo, e D. Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, ambos buscaram uma alternativa de interpretação do documento.

Em matéria de 5 de setembro, D. Paulo Evaristo Arns afirmava que o texto *“incentivará a ação pastoral da Igreja no Brasil em favor da participação do povo em todos os níveis”*.<sup>49</sup> Já D. Hélder, na mesma matéria, considerava o documento *“favorável à Teologia da Libertação, pois alerta, inclusive, aqueles que com receio dessa teologia pareciam chegar a uma alienação.”*<sup>50</sup>

D. Paulo, segundo a reportagem, pretendia fazer chegar às mãos de João Paulo II um dossiê que preparou com as repercussões do documento do Vaticano na imprensa brasileira.

<sup>48</sup> Cf. in GIBELLINI, Rosino, op. cit., p. 376.

<sup>49</sup> - *O GLOBO*, reportagem do dia 5 de Setembro de 1984, caderno País.

<sup>50</sup> - *Idem*.

Estava em questão, para o Arcebispo dos paulistanos, mostrar que existem interesses políticos por trás do combate a Teologia da Libertação.

Nesse ponto é interessante notar que a disputa pela palavra final de João Paulo II, significava a ideia que os ataques a Frei Leonardo Boff e a Teologia da Libertação partiam da Congregação da Doutrina e Fé presidida pela Cardeal Ratzinger. Ou seja, D.Paulo espera encontrar espaço para a defesa da Teologia da Libertação em alguns setores da Cúria Romana.

Estando no horizonte o colóquio entre Frei Leonardo Boff e o Cardeal Ratzinger, marcado para o dia 07/09/84, D.Paulo Evaristo Arns buscava estabelecer posicionamento ao lado de Frei franciscano, deixando transparecer que o ataque não era contra Boff mas sim contra os setores populares ligados à Teologia da Libertação e à organização de Igreja, em bases progressistas, no Brasil.

#### 24-O COLÓQUIO EM O GLOBO

*“A ecclesiologia militante” de Igreja: Carisma e Poder se demonstra frágil e inconsistente na medida mesmo que é intolerante e incompreensiva em relação a Igreja Institucional. A Igreja de Cristo deve ser edificada na pureza da fé ; mas esta pureza da fé exige que a Igreja se liberte não somente dos inimigos do passado, mas sobretudo dos atuais, como por exemplo, de um certo socialismo utópico que não pode ser identificado com o Evangelho”<sup>51</sup>*

---

<sup>51</sup> - “Documento do Cardeal Joseph Ratzinger incriminando pontos do livro Igreja: Carisma e Poder” in ROMA DOCUMENTA, P. 55.

Assim o Cardeal Ratzinger fecha o documento datado de 15 de maio de 1984, e enviado a Frei Leonardo Boff, no qual a Congregação para a Doutrina da Fé expôs as conclusões da análise do livro que deu início ao processo canônico.

No final, o Cardeal convida a Frei Boff a acolher as observações, e oferece uma possibilidade de um colóquio nos meses de junho ou julho. Da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, Frei Boff elabora e envia a resposta, sugerindo o adiamento do colóquio para o mês de dezembro devido a sua intensa agenda. Em carta datada de 16 de julho de 1984, o Cardeal Ratzinger estipula os dias 7 ou 8 de setembro como possíveis datas limites. A data escolhida por Frei Leonardo Boff é carregada de simbolismo. A escolha recaiu sobre o dia 7 de setembro, pois, segundo Boff “é um dia significativo para o país”.<sup>52</sup> Foi dessa maneira que foi estabelecida a data para que Frei Leonardo Boff enfrentasse seu mais graduado opositor, em Roma.

No jornal *O Globo*, o convite para o colóquio foi mencionado em matéria, com o título “Leonardo Boff é convocado a depor dia 7 no Vaticano”.<sup>53</sup> Forte e reveladora expressão, a palavra “depor” introduzida em negrito no título da reportagem, reafirma com pouca sutileza a linha editorial de *O Globo*, tratando o mais conhecido teólogo progressista brasileiro como alguém que necessitava se submeter a procedimentos análogos aos reservados a investigados, nas delegacias policiais.<sup>54</sup>

Somente no dia 2 de Setembro, o jornal volta a mencionar o encontro em Roma entre Boff e Ratzinger. Ou seja, depois da publicação das “Instruções sobre a Teologia da Libertação”, que, como vimos ocorreu no 30/08/1984. Mas, dessa vez abre espaço, para o próprio Leonardo Boff comentar sobre o encontro em Roma.

Este com sutil ironia, inicia seu depoimento ao diário afirmando que “como dizem os alemães, a gente bate na cangalha e pensa no burro”<sup>55</sup>, uma referência clara ao ataque à Teologia da Libertação e a um setor da Igreja do Brasil, personificado na figura do teólogo.

Encontro marcado. Posições definidas. Restava espaço para algumas escaramuças.

Antes do colóquio, o Cardeal Ratzinger salientou como uma “lamentável coincidência, que não foi prevista”<sup>56</sup>, a divulgação das “Instruções sobre a Teologia da Libertação” antes do encontro com Boff.

<sup>52</sup> - “Segunda Carta de Frei Leonardo Boff ao Cardeal Joseph Ratzinger” In ROMA LOCUTA, p.67.

<sup>53</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 14 de Agosto de 1984, caderno País.

<sup>54</sup> A palavra “depor”, escolhida por *O Globo*, a propósito, tão diversa do eufemístico “convite”, com que o Vaticano registra a convocação de Boff, permite que se pense em efetivo ato falho da parte do diário carioca.

<sup>55</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 2 de Setembro de 1984, caderno País.

Coincidência ou não, na verdade, Boff desembarcava em Roma para o colóquio do dia 7 de setembro com um posicionamento público da Cúria Romana em relação a Teologia da Libertação.

No dia 7 de setembro, uma sexta-feira, Frei Leonardo Boff foi recebido pelo Cardeal Ruffini em “processo ordinário”, como informa a reportagem de Any Bourrier, enviada especial do jornal *O Globo*.

Diferente do “processo extraordinário”, segundo fontes citadas pela repórter, onde a *opinião examinada é clara e certamente errada, sendo que sua divulgação pode causar prejuízos graves aos fiéis*, o “processo ordinário” é *“aberto para explicitar os aspectos mencionados da doutrina de determinado teólogo”*.<sup>57</sup>

Ou seja, a reportagem além de explicar o processo canônico, destaca um caráter de diálogo no encontro, e não uma condenação antecipada, mas adequada ao que chama de processo ordinário. Fica evidenciado que o diário carioca buscava esvaziar a análise política do encontro, ressaltando o aspecto religioso e institucional. Assim procedendo não oferecia ao leitor uma visão mais completa da notícia.

Na mesma folha da reportagem, três destaques com os títulos “**João Paulo II reafirmará posição**”, “**Presidente do Celam: Ele terá de mudar**” e “**Não houve prévia condenação**”, sustentam as críticas à Teologia da Libertação, com um leve gesto de mão estendida para o diálogo.

Essa mesma linha foi seguida na reportagem do dia seguinte, dia 8 de setembro, com especial destaque para quem daria a palavra final. Com o título “**Papa julgará questão de Boff com a Igreja**”<sup>58</sup>, reforça-se a hierarquia e a autoridade Papal. Mas, em atitude pouco usual em *O Globo*, a jornalista Any Bourrier abriu espaço para ouvir, enfim, Frei Boff. Acreditamos que esse espaço deve ser entendido não como uma contradição ao reforço da hierarquia frisada pelo título da reportagem, mas como reflexo da tentativa da Cúria Romana de preservar uma imagem de liberdade de expressão e diálogo, que o diário carioca reproduzir.

Lembramos que a imprensa mundial que acompanhava o Caso Boff, em particular a *européia*, criticava o cerceamento da livre expressão. Em certa medida, a Cúria, e especificamente a Congregação para Doutrina da Fé, vai agir em duas direções aparentemente

<sup>57</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 6 de setembro de 1984, caderno País.

<sup>58</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 7 de setembro de 1984, caderno País.

<sup>59</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 8 de setembro de 1984, caderno País.

apostas mas que se completavam. Uma, no terreno meramente institucional, caminhava para a efetivação de todo ritual canônico sob o comando das autoridades eclesiásticas romanas, tendo a frente o Cardeal Ratzinger e também da efetivação de uma condenação da teologia de Frei Leonardo Boff. Outra, na luta pela opinião pública, não apenas brasileira mas mundial, com especial preocupação em relação ao público europeu, aparentava prezar o diálogo e o respeito à liberdade de expressão.

Dessa forma, quando a linha editorial de *O Globo* abriu espaço para as palavras do Frei Franciscano, é com o intuito de reforçar, no recorte da entrevista e nos títulos e sub-títulos, esses dois movimentos. Nessa ótica o título da reportagem “**Papa julgará questão de Boff com a Igreja**” e o sub-título “**Não houve controvérsia e tive liberdade de expressão**”, frase, segundo o jornal dita por Boff, não são contraditórios mas sim complementares. O diário carioca – seguindo a linha de um órgão de imprensa que durante o Caso Boff se comportou como porta-voz dos setores mais conservadores – vai operacionalizar as intenções da Santa Sé, ou seja, na prática favorece o reforço da autoridade, cuidando aparentar não violar a liberdade de expressão.

A própria postura de Frei Leonardo Boff ao elaborar tal frase demonstra que realmente não houve controvérsia, a decisão da condenação já estava tomada, portanto toda a exposição sobre a sua teologia foi realmente dita com liberdade, embora de forma inócua. O interlocutor, no caso a Congregação para a Doutrina e Fé, e pessoalmente, Ratzinger já tinham sua posição e veredicto.

Ao chegar ao sóbrio edifício do Santo Ofício, ainda segundo um *box* da reportagem, Frei Leonardo Boff acompanhado dos seus irmãos Clodóvis, Lina e Ruy, foi recebido por “*mais de 150 jornalistas, fotógrafos, e cinegrafistas de emissoras de TV internacionais.*”

A reunião, que se dividiu em duas partes – na segunda foi autorizada a entrada dos Cardeais Dom Paulo Evaristo Arns e Dom Aloísio Lorscheider, presença que sinaliza o apoio da parte significativa da Igreja brasileira a Boff – realizou-se no salão nobre do ex-Santo Ofício, “*onde está pendurado um quadro de São Francisco diante do qual se ajoelha um Cardeal, o que fez Leonardo Boff sorrir diante da ironia da situação*”<sup>59</sup>.

As conversas se desenrolaram em espanhol e em alemão, sendo entregue ao Cardeal Ratzinger um documento de 50 páginas de Leonardo Boff, respondendo a carta do ex-Arcebispo de Munique.

<sup>59</sup> - Idem.

Com a atenção da imprensa brasileira, e também da imprensa internacional, a imagem de um ambiente de cordialidade e tranqüilidade, no desenvolvimento da “conversa” entre Boff e Ratzinger, era um surpreendente anti-clímax, pois para o leitor que estava em contato com todas as reportagens publicadas em *O Globo*, principalmente a partir de julho com a chegada de D. Agnelo, esperava-se um duro embate, o que não ocorreu levando em conta o noticiário divulgado pelo jornal.

No domingo, dia 09/09, palavras como “conversação”, “clima cordial”, “diálogo”, eram repetidas em nova reportagem de Any Bourrier, vinculada no *Globo*.<sup>60</sup> Esse clima de “tranqüilidade” era destacado pela imprensa internacional, segundo a mesma reportagem.

No texto de Any Bourrier, está inserida uma avaliação de que houve um “*recuo das autoridades religiosas no Caso Boff*”, pois, no mesmo dia da “conversa” entre Boff e Ratzinger, o Vaticano “*decidiu não aplicar as sanções nem suspender do exercício sacerdotal os três padres-ministros da Nicarágua: Miguel d’Escoto, Fernando e Ernesto Cardenal.*”<sup>61</sup>

Entretanto, a impressão de um resultado harmonioso, da volta tranqüila de Boff ao ensino da sua Teologia na cidade de Petrópolis, de uma distensão entre o Vaticano e a Teologia de Libertação, como deixava transparecer as reportagens de *O Globo* nos dias imediatamente subseqüentes ao colóquio de Roma, vão desaparecendo com o passar dos dias.

Retomam as páginas de *O Globo* textos críticos a Frei Leonardo Boff e a Teologia da Libertação. Tendo como fontes D. Avelar Brandão Vilela, e D. Boaventura Kloppenburg, o Bispo auxiliar de D. Avelar, na linha de frente, são redigidas críticas contundentes a Leonardo Boff (aliás, ex-aluno de Kloppenburg no Seminário) e à utilização de elementos marxistas na formulação da Teologia da Libertação. Assim como ao perigo da ideologização da religião e da quebra do respeito hierárquico. Numa linha de ação dirigida a suas paróquias, D. Eugênio Salles, seguindo o conselho de D. Agnelo Rossi, que retornara a Roma, produz um resumo sobre a “**Instrução sobre a Teologia da Libertação**”. Tal documento é distribuído em todas as paróquias da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

Nos meses de outubro, novembro e dezembro, *O Globo* reforça a sua linha de canal de expressão dos setores que combatiam a Teologia da Libertação.

<sup>60</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 9 de setembro de 1984, caderno o País.

<sup>61</sup> - *idem*.

Fechando o ano de 1984, no dia 23 de Dezembro, o próprio presidente das organizações Globo, o jornalista Roberto Marinho, escreve um editorial com o título “Compromisso de Natal”.<sup>62</sup>

Neste texto condena os teólogos da libertação por “adotar os princípios marxistas e o materialismo dialético” para defender a “estratégia lenino-stalinista de se ocupar ditatorialmente o Estado a fim de preparar o advento do comunismo.”<sup>63</sup> Isto posto, o editorial sugere que Frei Leonardo Boff discuta suas idéias não em Roma, mas em Pequim.

Utilizando um discurso dicotômico – Razão e Fé – afirma:

*“quem se apega com exclusividade à razão e não à Fé, torna-se mais fácil ser marxista do que cristão.(...) Marx propôs-se a defender os operários. Jesus foi e viveu toda a sua existência como um operário. Enquanto Marx nasceu de família burguesa, Jesus veio ao mundo num estábulo de Belém e conheceu todas as agruras da pobreza e da opressão num nível insuperável. Marx pregou a luta de classes, Jesus, a Paz.”*<sup>64</sup>

Na composição do texto, a incompatibilidade de marxismo e cristianismo é externada, na contraposição Marx e Jesus / razão e Fé. Deste modo, Roberto Marinho, em sua mensagem Natalina, afirma não existir possibilidade da utilização de instrumentos marxistas para análise sócio-econômica dentro de uma perspectiva cristã.

Nas palavras do proprietário das *Organizações Globo* “conciliar espiritualismo com antiespiritualismo pode ser até um divertido exercício mental de paradoxos. Mas não pode ser levado a sério. Nem no Vaticano nem na Academia de Ciências de Moscou.”<sup>65</sup>

O editorial termina relativizando a História frente ao mistério da Fé. Pois, “*crer na Natividade, é admitir que em Belém não nasceu um líder sindical, mas o próprio filho de Deus, num acontecimento que transcende a História, e do qual restou, para as sucessivas gerações, a promessa de “paz aos homens de boas vontade.”*”<sup>66</sup>

<sup>62</sup> - O Globo, editorial do dia 23 de dezembro de 1984.

<sup>63</sup> - Idem.

<sup>64</sup> - Idem.

<sup>65</sup> - Idem.

<sup>66</sup> - Idem.

O ano de 1984 termina e nenhuma posição do Vaticano sobre Frei Leonardo Boff é revelada.

## 2.5- O SILÊNCIO OBSEQUIOSO

Lendo as reportagens do jornal *O Globo*, desde o início da cobertura jornalística do Caso Boff em 1984 podemos encontrar personagens, perceber palavras e idéias ditas, e não ditas.

Nota-se, por exemplo, a presença constante de membros da alta hierarquia eclesiástica como D. Avelar, D. Boaventura, D. Eugênio Salles, D. Agnelo Rossi. Todos são fontes das reportagens. Membros do meio eclesiástico nacional, com ligações com a Cúria Romana.<sup>67</sup>

Nota-se, por outro lado, a ausência da opinião dos teólogos brasileiros ou de membros da hierarquia ligados à Teologia da Libertação, não se oferecendo ao leitor um contraponto as opiniões que condenavam a Teologia da Libertação.

São freqüentes o confronto com esta teologia, ressaltando-se, em especial, a condenação do uso de elementos do marxismo como instrumento de análise social e política. Assim como fica claro o temor de uma parcela da hierarquia eclesial, mais ligada Cúria Romana, de possível transformação da Teologia da Libertação em simples ideologia, operando rebaixamento da fé em nome de projeto político popular.

Assim, no combate de idéias buscava-se a desqualificação de uma teologia que poderia ser "instrumentalizada politicamente", contraponto à reafirmação e 'absolutização' do religioso como instância acima das questões mundanas. A reafirmação da autoridade, do Poder, do dever da obediência em contraponto a uma nova possibilidade de análise mais ligada à práxis política contestadora.

Encontramos, já em 1985 dez, "notícias" publicadas em *O Globo* sobre o assunto. Novamente, as fontes são declarações de D. Agnelo, D. Eugênio, D. Avelar. Os textos expõem com clareza o perigo da transformação da teologia em ideologia.

<sup>67</sup> - A título de quantificação no ano de 1984 encontramos 17 reportagens tendo como fontes os quatro Cardeais citados. Apenas 2 reportagens tendo como fonte D. Paulo Evaristo Arns.

Em abril de 1985, com o título “**Papa teme polarização política e tirania de ideologias no Brasil**”<sup>68</sup>, o receio de que tal transformação ocorresse foi colocada de maneira inequívoca. Segundo a notícia, o Papa João Paulo II afirmava que era “*preciso salvaguardar as comunidades brasileiras da polarização política ou da tirania das ideologias da moda*”<sup>69</sup>. Em discurso, na Cidade do Vaticano, o Papa reafirmava como fundamental a adoção de diretrizes comuns a todo o corpo da Igreja, “*para superar dúvidas e evitar tudo o que seja causa de desorientação e desvio.*”<sup>70</sup>

Desorientação e desvio palavras que acompanharam todo o processo movido contra a Teologia da Libertação de Leonardo Boff, mais uma vez repetidas. Dessa vez pelo Papa. Enfim, aos olhos vaticanos e papais, mais que um câmbio da teologia em ideologia, temia-se a desfiguração da religião por seu pretense uso político pelos adeptos da Teologia da Libertação. Urgia, na opinião dos guardiães da ortodoxia católica, defender a Igreja. Assim, no início de maio, o Vaticano posiciona-se proibindo Boff de se manifestar publicamente, em cursos, conferências ou textos, com a finalidade de preservar a “pureza doutrinária”. Frei Leonardo Boff teve que se submeter ao chamado “silêncio obsequioso”.

Em reuniões com bispos do Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil, João Paulo II advertiu sobre o perigo de divisão no interior da Igreja. O pontífice reafirmou a condenação de propostas que, em seu julgamento, se valiam dos ensinamentos da Igreja para “*enganar, dividir e desorientar*” a respeito da realidade da instituição e sua função. De igual forma, Karol Wojtyła condenava a “*releitura ideológica de sua mensagem [da Igreja]*”. Para o Papa, “*A Igreja deseja ser a Igreja dos pobres em todo mundo, mas também deseja ser a Igreja de todos... e não somente de uma classe, camada social ou partido.*”<sup>71</sup>

Após a condenação de Boff ao silêncio obsequioso<sup>72</sup>, buscava-se enquadrar parcela dos bispos brasileiros na chamada “**Grande Disciplina**”<sup>73</sup>, submetendo setores da hierarquia eclesial brasileira ligados à Teologia da Libertação à autoridade da Cúria Romana.

<sup>68</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 30 de abril de 1985, caderno País.

<sup>69</sup> - *Idem*.

<sup>70</sup> - *Idem*.

<sup>71</sup> - *O Globo*, reportagem do dia 25 de junho de 1985.

<sup>72</sup> - Ironicamente, apesar do termo obsequioso (“respeitoso”), a medida é extremamente dura pois impõe a censura à produção intelectual. Em um momento de luta no Brasil por plena liberdade política e de expressão a ação do Vaticano, no mínimo, não contribuía para a luta democrática.

<sup>73</sup> - LIBANIO, J.B. *Teologia da Libertação – roteiro didático para um estudo*. SP: Loyola, 1987.

## 2.6 - O CASO BOFF LEITURA DA FOLHA DE SÃO PAULO

O jornal a *Folha de São Paulo* trabalhou o Caso Boff com textos jornalísticos mais autorais e opinativos. Em geral, textos de página inteira, veiculados no caderno *Ilustrada* e no caderno *Política*, dependendo da natureza e do teor da mensagem publicada. As reportagens foram reunidas na seção *Política*, e as mesas redondas ou artigos de opinião eram incorporados à seção *Ilustrada*. Os textos da *Folha de São Paulo* ofereciam uma visão mais abrangente, pois se propunham discutir a Teologia da Libertação, sobretudo sua análise marxista da América Latina.

Jornalistas como Clóvis Rossi, Ricardo Kotscho, Newton Carlos, Orivaldo Perin e Carlos de Oliveira, na época editor-chefe do caderno de Política, faziam da *Folha*, ao menos naquela conjuntura de fim do governo ditatorial, um espaço mais acolhedor à Teologia da Libertação. Neste sentido, artigos de opinião assinados por Marilena Chauí, Paulo Sérgio Pinheiro, Frei Betto e do próprio Leonardo Boff, ganhavam projeção no diário paulista, espaço este ausente no jornal carioca.

Operando desta forma, a *Folha de São Paulo*, ao preocupar-se em aprofundar o debate, lançou olhar bem diverso de *O Globo*, em relação ao Caso Boff. Na cobertura do jornal paulistano, o processo movido contra Boff devia ser lido na perspectiva de uma disputa política.

Em outras palavras : como será sustentado a seguir, a *Folha* não se furtou a apresentar o processo movido contra o teólogo brasileiro como uma reação de setores eclesiais e também políticos contrários à utilização, pela teologia cristã, de elementos da análise marxista para a compreensão das estruturas econômica, social e política da América Latina.

Salientamos, ainda, que, ao contrário do *Globo*, a *Folha* fornecia informações de como a imprensa européia acompanhava o caso.

A cobertura da *Folha* do Caso Boff iniciou-se em 1983 com uma das suas principais características: o debate. Com o título “**Marx é instrumento da Libertação, dizem teólogos**”<sup>74</sup>, (frase que por mais que se leia a matéria, não a encontramos), a reportagem trouxe a defesa da

<sup>74</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem do dia 24 de Julho de 1983, caderno Política.

possibilidade de utilização do marxismo na formulação da Teologia da Libertação. Nas palavras de Frei Leonardo Boff, essas sim encontradas no texto: “ *Nós o usamos [ referindo-se ao instrumental marxista], não de uma maneira servil nem dogmática, mas meramente instrumental. A nós não interessa o marxismo, mas a libertação do povo.*”<sup>75</sup>

Respondendo aos críticos da Teologia da Libertação, Frei Leonardo Boff, redimensiona a questão, reelaborando-a com um viés político, quando afirma, “ *essa campanha[contra a TdL] não é interna, da Igreja. Ela é feita pelos grandes órgãos da imprensa, que representam os interesses das classes dominantes e esses órgãos tem ligação com um ou outro membro da Igreja.*”<sup>76</sup>

Com abordagem significativamente diferente da utilizada pelo *O Globo*, o texto dessa primeira reportagem não excluiu outros posicionamentos, abrindo espaço, na mesma reportagem, para a indagação do Cardeal Primaz do Brasil, “ *Libertar de quê e para quê?*”, onde D. Avelar apontada a necessidade da Teologia da Libertação “ *definir-se mais claramente*”.<sup>77</sup>

A *Folha* retoma a questão, em março do ano seguinte, com a reportagem “ **Uma nova teologia preocupa a cúpula da Igreja Católica**”,<sup>78</sup> no caderno Ilustrada. Nele, foi publicado, na íntegra, texto elaborado pelo Cardeal Ratzinger, originalmente veiculado na importante revista católica italiana “**30 Giorni**”, abordando a Teologia da Libertação. Junto do texto, a *Folha* registrou o posicionamento dos irmãos Boff ( Leonardo e Clodovis), “ *expoentes do pensamento da teologia da libertação no Brasil,*” que “ *polemizam com os argumentos do Cardeal alemão*”.<sup>79</sup> Digamos que Clodovis, já arrolado no capítulo anterior como conhecido representante da teologia libertária latino-americana, assinara, com o irmão Leonardo, texto que se tornou espécie de beato da eclesiologia progressista no Brasil. Referimo-nos ao pequeno livro *Como Fazer Teologia da Libertação*, obra escrita em estilo bastante didático, reflexão primariamente voltada aos agentes pastorais das CEBs e a outras lideranças populares e cristãs de esquerda.<sup>80</sup>

Importante notar que *O Globo* citou o texto do Cardeal Ratzinger, numa pequena reportagem no dia 14 de março, tendo como título “ **Cardeal : Teologia da Libertação é perigo para a fé**”, sem nenhum como contraponto.

---

<sup>75</sup> *Folha de São Paulo*, reportagem do dia 24 de março de 1984.

<sup>76</sup> A referência bibliográfica completa é BOFF, Leonardo & BOFF, Clodovis – *Como Fazer Teologia da Libertação*, Campinas, Vozes, 1986.

Contraponto e troca de idéias ressaltados exatamente pela *Folha*. Esta, ao apresentar os textos de Ratzinger e dos irmãos Boff, afirma a *“importância desse debate que agita a Igreja Católica nessa Quaresma de 1984.”* Quaresma, a propósito, que, para os católicos é tempo propício à reflexão acerca da fé ...

Em abril daquele ano, Carlos de Oliveira retoma o debate com o texto *“Uma doutrina divide a Igreja Católica”*<sup>81</sup>. Ali, em meia página, Oliveira realiza um pequeno inventário da Teologia da Libertação, citando a existência de tendências diferentes no seu interior. A reportagem, no seu final, afirma que *“a razão de todas as críticas à TL é, sem dúvida, o uso da análise marxista”*.<sup>82</sup> Pomo da discórdia, sempre negado por *O Globo* a seu público, explicitado pela *Folha* já nos meses iniciais da polêmica, mesmo que ela ainda não houvesse logrado projeção na praça pública nacional..

Clovis Rossi volta ao tema em julho de 84, em texto intitulado *“Teólogos da Libertação reagem à anunciada ofensiva papal”*.<sup>83</sup> Nele o jornalista cita entrevista coletiva dada por Dom Agnelo onde este menciona a elaboração de um documento condenado a Teologia da Libertação. Citando, de forma genérica, os teólogos da libertação, Clovis Rossi afirmava que segundo a análise *“dessa corrente da Igreja [refere-se à TL], o Papa está interessado em garantir a expansão da Igreja, que só pode acontecer, de acordo com sua visão, por meio de acordos com o sistema capitalista”*.<sup>84</sup>

Lembrando que as igrejas locais da Nicarágua e de El Salvador eram alvos da ofensiva papal, Clovis Rossi afirma que *“no caso específico do Brasil, os teólogos da libertação ironizam as afirmações de dom Agnelo, para quem a população ainda não está preparada para as eleições diretas.”*<sup>85</sup>

Segundo a reportagem, os teólogos da libertação afirmam que dom Agnelo *“parece assumir o discurso do Maluf e legítima, com essa afirmação, a autocracia que se implantou no país nos últimos vinte anos.”*<sup>86</sup>

<sup>81</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem do dia 14 de Abril de 1984.

<sup>82</sup> - *idem*.

<sup>83</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem do dia 13 de Julho de 1984.

<sup>84</sup> - *idem*.

<sup>85</sup> - *idem*.

<sup>86</sup> - *idem*.

Percebe-se na *Folha* um “olhar” mais abrangente, relacionando a reflexão dos teólogos da libertação à conjuntura latino-americana e, ao assim proceder, deixando transparecer a questão política inserida no debate.

Em agosto de 1984, a *Folha* publicou 4 reportagens, onde alguns dos teólogos e bispos ligados a Teologia da Libertação reagem não só à possível existência do documento condenatório do Vaticano antecipado por dom Agnelo, como também à “inquirição” de Frei Leonardo Boff perante a Sagrada Congregação para Doutrina da Fé.

A *Folha* publicou reportagem de Orivaldo Perin, abrindo espaço para desmentido de Frei Leonardo Boff. Tratava-se de negar que o processo vaticano baseava-se numa acusação de heresia (associação errônea – interpretar as críticas vaticanas dirigidas a Boff como acusação de heresia –, aliás, das mais persistentes no imaginário de alguns fiéis e também de parte significativa da imprensa). Segundo Boff, “em nenhum momento a Congregação para a Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício do Vaticano) fala em heresia, quando questiona o meu livro”.<sup>87</sup> Para Leonardo Boff, estava em jogo algo bem diverso: “um problema de linguagem e, talvez, de disciplina interna da Igreja”<sup>88</sup>

Em reportagem assinada, Carlos de Oliveira afirmava, com toda ênfase, que a convocação de Frei Boff a Roma era uma “ofensiva concreta e articulada – desencadeada em vários países – do Vaticano contra a Teologia da Libertação e a chamada Igreja Popular”.<sup>89</sup> Para Carlos de Oliveira, Roma mudará de tática. “Abandonando os contatos reservados com os teólogos da libertação, deixou de lado as cartas de advertências, e encarou de frente tudo aquilo que considerava uma afronta aos dogmas da Igreja”<sup>90</sup> Interessa notar que, mesmo quando se trata de um órgão de imprensa mais aberto a debater o caso “Boff” e a Teologia da Libertação, em vez de simplesmente condenar a um e outro, certos erros na cobertura se mantêm. Tal é o caso da acima citada reportagem de Carlos de Oliveira. Ainda que ressaltando, acertadamente a nosso ver, o conteúdo predominantemente político-ideológico da discussão teológica em pauta, o jornalista incorre em grave erro, ao interpretar a investida romana contra Boff e sua teologia como de fundo dogmático.

<sup>87</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem do dia 14 de agosto de 1984.

<sup>88</sup> - *Idem*.

<sup>89</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem do dia 15 de agosto de 1984.

<sup>90</sup> - *Idem*.

Segundo a reportagem, esse confronto direto entre teólogos liberacionistas e seus adversários ecoa no plano eclesial interno. Na 21ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju, chegou a sugerir uma intervenção papal na CNBB.

A reação conservadora continuou no lançamento do livro “**Igreja Popular**” de Dom Benedito Kloppenburg, obra contendo críticas contundentes a um setor da Igreja que, temiam seus críticos, poderia, em breve, sair do controle romano.

Temor que gera tensões. Como se percebe na atuação de D. Agnelo Rossi, por intermédio da imprensa, e a sua revelação de um documento de condenação formal da Teologia da Libertação pelo Vaticano.

Por fim, a reação romana e do clero mais conservador no Brasil complementa-se com a minuciosa inspeção no Seminário da Arquidiocese de São Paulo, maior arquidiocese do Brasil, pelo Cardeal alemão Josef Hoeffner, Arcebispo de Colônia e integrante da Sagrada Congregação para a Educação Católica.

A nível internacional, ainda segundo a mencionada reportagem de Carlos Oliveira, outros fatos demonstram a ofensiva aberta do Vaticano contra a “*ala progressista*”. Tal é o caso do ultimato de João Paulo II aos sacerdotes Miguel D’Escoto, Fernando e Ernesto Cardenal para que abandonassem suas funções no regime sandinista, sacerdotes ameaçados de suspensão das suas atividades, se não acatassem a orientação de Roma. A tentativa de censura do teólogo Gustavo Gutiérrez pelos Bispos peruanos também contava com o apoio de instâncias disciplinares da Igreja. Todas essas ações, vistas em conjunto, revelariam, segundo o repórter, a divisão e o confronto no mundo católico.

Diferente do jornal *O Globo*, a cobertura da *Folha de São Paulo* ao colóquio de Frei Boff com o Cardeal Ratzinger foi feita por meio de artigos de opinião.

No dia 7 de setembro de 1984, a *Folha* publicou um artigo da professora de Filosofia Política da USP, Marilena Chauí, com o título de “**A volta da Santa Inquisição**”. Neste texto, Chauí aponta as três frentes de ataque à Teologia da Libertação.

No entender da autora, o programa de política interamericana do Governo Reagan, as “*instruções*” baixadas pela Sagrada Congregação para Doutrina da Fé e artigos escritos nos

sempre e revistas brasileiras deveriam ser analisados em bloco, tal trinca constituiria efetiva ponta de lança da reação contrária à Teologia da Libertação.

Com um viés histórico, o texto aborda com maestria a relação entre política e religião:

“ Os que bradam contra a politização da Teologia da Libertação lembram os escribas e fariseus do Templo. Sabem que o que está em jogo não é a “politização”, mas a qualidade ou natureza da política teológica, fraturada entre Carisma e Poder.”<sup>91</sup>

Em resumo mais do que “cobrir” o fato, acreditamos que a *Folha*, ao dar espaço ao debate, firmava posição em prol da liberdade de opinião, valor básico ainda mais necessário de ser conquistado em tempos marcados pela sombra de ditadura. As reportagens autorais dos jornalistas, e principalmente, os artigos de intelectuais publicados na *Folha* reforçam a linha editorial do diário paulista de posicionar-se não só na defesa da Teologia da Libertação mas principalmente na luta pela democracia tendo a liberdade de expressão um dos pilares básicos.

No dia 11 de Setembro, o diário paulista publica outro artigo, da autoria de Paulo Sérgio Pinheiro, professor de Ciência Política da UNICAMP. Com o título “**Teologia: dissimulação ou libertação**”, o texto abordava o Caso Boff, realçando a componente política.<sup>92</sup>

Importante frisar a diferença na cobertura do colóquio entre Boff e Ratzinger, ocorrido em 07 de setembro de 1984. Ao contrário de *O Globo*, que optou por construir relato ressaltando o diálogo e a harmonia, a *Folha* enfatizou o conflito de posicionamentos entre os dois lados.

Além dos artigos de Chauí e Paulo Sérgio Pinheiro, o embate do dia 7 de setembro de Boff com a Sagrada Congregação para Doutrina da Fé foi abordado na reportagem “*Boff afirmou a Roma os postulados de sua obra*”.<sup>93</sup> Tal abordagem, reveladora do embate eclesial, diferenciava-se da postura, apenas aparentemente “neutra”, adotada por *O Globo*.

De novo : a cobertura opinativa da *Folha de São Paulo*, destacava a luta política travada entre setores da Igreja de então.

Emblemática é a reportagem de Orivaldo Perin, do dia 14 de setembro de 1984. Com um tom investigativo, o repórter liga a figura de D.Eugênio Salles ao movimento deflagrado contra a

<sup>91</sup> *Folha de São Paulo*, reportagem do dia 07 de setembro 1984.

<sup>92</sup> *Folha de São Paulo*, reportagem de 11 de setembro de 1984.

<sup>93</sup> *Folha de São Paulo*, reportagem de 12 de setembro de 1984.

Teologia da Libertação. A propósito e em adição ao dito anteriormente: D. Eugênio já era àquela época (e ainda o é) contumaz presença nas páginas de *O Globo*.

Retorne-se ao texto de Perin: inventariando a atuação de D. Eugênio à frente da Arquidiocese do Rio de Janeiro, a partir do processo de sua escolha, substituindo em 1971 D. Jaime Câmara que falecera em fevereiro daquele ano, até o início do processo contra Frei Boff em 1982, Osvaldo Perin relata casos de censura e perseguição a membros do clero que se colocaram em posição divergente a do Cardeal.

Segundo a reportagem **“Dom Eugênio pode ter deflagrado movimento contra a TL”**<sup>94</sup>, a escolha de D. Eugênio Salles se deu “após uma série de pelo menos 14 visitas do então chefe do Estado Maior do Exército, general Alfredo Souto Malan, à sede da Nunciatura apostólica (embaixada do Vaticano no Brasil), à época instalada no bairro de Santa Tereza, Rio de Janeiro.”<sup>95</sup>

Orivaldo Perin relata também “proibições de palestras e reuniões, remoções de bispos, demissões de professores de escolas dirigidas por religiosos, remoções e suspensões de padres, e até a morte de um padre, que segundo testemunho médico teria morrido em consequência da angústia gerada pela perseguição da qual foi vítima.”<sup>96</sup>

O jornalista retrata uma arquidiocese onde: “O diálogo é escasso. E no clero circula uma frase que D. Eugênio já teria anunciado como espécie de lema: “Prefiro 4 padres obedientes à 400 indisciplinados”.<sup>97</sup>

A *Folha* vinculou posteriormente resposta da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Nela, elaborada pela assessoria de imprensa de D. Eugênio, foi contestada ao longo de nove pontos toda reportagem de Orivaldo Perin.

Em carta enviada à *Folha*, afirma-se que “O cardeal-arcebispo, consciente de que toda a orientação pastoral desenvolvida na Arquidiocese incomoda profundamente pela sua fidelidade incondicional ao Santo Padre e às diretrizes do Concílio Vaticano II e da Santa Sé, assume com serenidade as consequências de sua atitude.”<sup>98</sup>

<sup>94</sup> *Folha de São Paulo*, reportagem de 14 de setembro de 1984.

<sup>95</sup> *Folha de São Paulo*, reportagem de 19 de setembro de 1984.

O repórter Orivaldo Perin numa pequena nota reafirma todas as informações contidas na reportagem, sendo “*verdadeiras e devidamente documentadas.*”<sup>99</sup>

Independente das averiguações dos fatos citados por Orivaldo Perin, que por si só mereciam um estudo aprofundado, o que destacamos aqui é o teor investigativo da reportagem, que expressa, naquele momento, a linha editorial da *Folha*. Enfim: *A Folha de São Paulo*, no Caso Boff, buscava investigar, debater, polemizar.

Após o embate entre a reportagem de Osvaldo Perin e a Arquidiocese do Rio de Janeiro, a *Folha*, até o final do ano de 1984, publicara mais 4 textos sobre o Caso Boff, tendo como fonte o cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo, de posicionamento eclesiológico e pastoral bem diverso ao de D. Eugênio Salles..

Ora defendendo diretamente a Teologia da Libertação - “**Para d. Paulo, Teologia da Libertação é ciência**”<sup>100</sup> -, ora buscando apontar possíveis saídas para o confronto eclesial - “**D. Paulo confirma que Papa terá encontro com Boff**”<sup>101</sup> -, a *Folha* apresenta os movimentos de D. Paulo como um articulador que buscava reafirmar a validade dos postulados de Boff e outros teólogos liberacionistas.

Neste ponto, note-se outra diferença entre a cobertura dada pelo diário carioca e aquela da *Folha*. Em *O Globo*, ao contrário do esperado, D. Eugênio Sales parece passar ao largo, ao menos de público, do debate que mobilizava o mundo católico, mesmo tendo uma coluna semanal em *O Globo*. Não encontramos nessa coluna nenhum posicionamento sobre Frei Boff ou a Teologia da Libertação, nem tampouco o jornal carioca relata qualquer atuação da Arquidiocese do Rio de Janeiro no desenrolar do Caso Boff, o que também surpreende, já que, como vimos, o processo contra Boff tem a sua origem da Arquidiocese carioca. A abordagem do diário *A Folha de São Paulo* diferencia-se pois procurou apontar para o seu leitor o posicionamento e a ação de D. Paulo como Arcebispo de São Paulo. Assim, *A Folha* pontua diferenças significativas na condução das duas maiores arquidioceses nacionais.

O ano de 1984 termina e, com ele, a cobertura do Caso Boff na *Folha de São Paulo*. A última matéria a respeito no diário paulistano é uma reportagem onde Frei Leonardo Boff crítica D. Eugênio Salles, pois “*vem movendo campanha em todo o País contra a Teologia da*

<sup>99</sup> - *Ibidem.*

<sup>100</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem de 22 de setembro de 1984

<sup>101</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem de 26 de setembro de 1984.

*Libertação, pressionando padres, afastando meu irmão Clodovis Boff da PUC (Pontifícia Universidade Católica), e apoiando uma Pastoral ligada aos centros de Poder.*"<sup>102</sup>

Na mesma matéria Leonardo Boff critica a Nunciatura Apostólica pela divulgação de um "documento apócrifo contendo apenas a parte final da "Instrução do Vaticano" sobre "Alguns aspectos da Teologia da Libertação", documento este utilizado pelo Bispo de Petrópolis d. José Fernandes Veloso para, em carta pastoral, condenar a TL".<sup>103</sup>

A reportagem termina com a avaliação de Frei Boff sobre aquele momento na Igreja. Leonardo Boff afirmava: " Vivemos uma volta à Grande Disciplina, a uma normalização via Direito Canônico manejada por alguns Bispos, sobretudo por d. Eugênio, pra impor uma visão clerical na Pastoral." <sup>104</sup>

Não custa lembrar que D.Eugênio ocupava, naquele momento, nada mais, nada menos, que 8 cargos na estrutura hierárquica da Cúria Romana. Era membro de cinco Conselhos do Vaticano – Negócios Públicos da Igreja, Sagrada Congregação para os Bispos, Sagrada Congregação para os Padres, Sagrada Congregação para a Educação Católica e Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos - . Além disso, presidia o Pontifício Conselho para a Cultura, integrava a Comissão para os Meios de Comunicação Social e fazia parte do chamado "Conselho dos 15 Cardeais", Conselho formado por Cardeais de diversas partes do mundo nomeado pelo Romano Pontífice, para, entre outras funções, " promover a Igreja Universal, julgar as questões que os fiéis, usando de seus direitos, remetem a Sé Apostólica." <sup>105</sup>

Em três funções foi nomeado por João Paulo II, nas outras cinco foi reconduzido.

Ao que parece Frei Boff percebia que o percurso iniciado pelo processo canônico contra seu livro *Igreja: Carisma e Poder*, em 1982, pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, e que se transformaria numa feroz luta política nas páginas dos jornais, teria um desfecho pouco favorável para si mesmo e, por conseguinte, para o próprio futuro da Teologia da Libertação.

Lentamente o silêncio cai sobre o Caso Boff. As reportagens diminuem. tanto na *Folha* como em *O Globo*. Em 1985, contam-se apenas 11 textos que abordavam o assunto.

<sup>102</sup> - Folha de São Paulo, reportagem de 3 de novembro de 1984.

<sup>103</sup> - Idem.

<sup>104</sup> - Idem.

<sup>105</sup> - Constituição Apostólica Pastor Bônus sobre a Cúria Romana

Dez textos em O Globo repetiam o mesmo padrão: condenação da Teologia da Libertação: esta incorria em desrespeito hierárquico e representava “perigo” pelo uso de elementos da análise marxista. Com a presença dos mesmos “personagens”: D.Avelar Brandão Vilela, D. Eugênio de Araújo Salles e D.Agnelo Rossi, tais matérias repetiam o mesmo discurso do ano anterior.

Na *Folha*, um artigo de opinião, “**Por obséquio, silêncio**”<sup>106</sup>, escrito por Luiz Roberto Alves, comparava a pena imposta a Frei Boff aquela dada ao também teólogo brasileiro Bento Teixeira, quatro séculos antes, pela Santa Inquisição. O título escolhido por Alves justificava-se: em 1 de maio de 1985, o Ministro-Geral da Ordem dos Frades Menores informava ter comunicado ao Frei Leonardo Boff a decisão tomada pela Sagrada Congregação para Doutrina da Fé, de impor um período de obsequioso silêncio ao frade. Período a ser utilizado para que Boff realizasse profunda reflexão sobre sua teologia.<sup>107</sup>

E em carta do Cardeal Casaroli, em nome do Papa João Paulo II, Frei Leonardo Boff recebia a “última palavra”, confirmando o estabelecimento do “obsequiosum silentium”. Deveria se afastar da Cátedra, da Editora Vozes e também se abster de conferências e entrevistas.

Após essa carta, datada em 29 de Julho de 1985, confirmando a punição imposta a Frei Leonardo Boff pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, não encontramos, no restante do ano de 1985, nenhuma “notícia” ou “reportagem”, que fosse publicada em *O Globo* ou na *Folha de São Paulo*.

Ironicamente, havendo Roma se pronunciado, parece que o **silêncio obsequioso** alcançou também esses órgãos de imprensa.

<sup>106</sup> - *Folha de São Paulo*, reportagem de 30 de junho de 1985.

<sup>107</sup> - *Roma Locuta*- Comunicado da Sala de Imprensa do Vaticano sobre as medidas disciplinares. P.145

## CAPÍTULO TRÊS

### AS INTERPRETAÇÕES DO CASO BOFF

#### II- IMPRENSA E SOCIEDADE

O período trabalhado na pesquisa (1982-1985) fez parte da transição do regime autoritário para a Democracia. O projeto de democracia liberal representativa passou a conviver com as estruturas de poder, ainda autoritárias, do Estado, e com ampliação da ideia de Mercado.

A imprensa, sem dúvida, teve papel relevante no rearranjo das forças políticas e das estruturas de poder, redefinindo o seu papel no cambiante e tenso cenário nacional e a maneira como se relacionaria com o processo de redemocratização. Assim, Democracia, Estado e Mercado ficaram envoltos em uma série de tensões oriundas da rearticulação societária, espaço de convivência e conflito de vários agentes sociais portando projetos diversos.

Trabalhamos com a ideia de permanente articulação, onde a imprensa contribuiu para orientar a sociedade brasileira em caminhos específicos, em oposições a outros. Também temos em conta como suas rotinas organizacionais, jornalísticas e seus julgamentos editoriais foram influenciados e influenciaram as mudanças que ocorreram no país. Podemos, assim, perceber os órgãos de imprensa como interlocutores e porta-vozes dos diferentes segmentos da sociedade.

Nessa articulação, assim como é inegável o poder político da imprensa, também devemos considerar que esse poder não é absoluto ou impenetrável. Como agente da História, a imprensa também sofre inúmeras pressões políticas e econômicas tanto internas como externas, e busca se adequar dentro de determinada dinâmica econômica e social.

Trata-se de articulação dinâmica e, por vezes, conflituosa entre Democracia, Estado e Mercado. Ajustamento crucial para a escolha da linha jornalística e editorial de cada organização. Não o caso de *O Globo* e da *Folha de São Paulo*, no período e tema estudado.

Na perspectiva da articulação, não trabalhamos com uma visão reducionista, onde existiria um órgão de imprensa mero repetidor das decisões governamentais e defensor do “status quo”, no caso de *O Globo*, e, na outra ponta, um veículo de resistência política ao regime militar, no caso da *Folha*. Uma ação constante de articulação, de interesses e visões de sociedade, fazem parte da dinâmica política inegável na atividade jornalística.

Não só afinidades políticas contribuíram para uma maior aproximação a um projeto político-social mais controlador e limitador, como prevaleceu em *O Globo*, ou mais participativo e ampliado, no caso da *Folha*. Trabalhando na sociedade capitalista com uma “mercadoria” especial – a informação –, a grande imprensa é formada por empresas capitalistas de grande porte, exigindo um capital de vulto.<sup>108</sup> Essa característica faz com que a imprensa, e na nossa análise, os jornais, no seu conjunto, tenham como objetivo atender a um público consumidor, marcado pela diversidade de interesses. Paralelamente, a imprensa também está associada aos interesses de seus anunciantes. A publicidade vincula-se a um conjunto de interesse a que o jornal, ou revista se incorpora. Existe uma estratégia de sobrevivência empresarial que está inserida na lógica da dinâmica imprensa-sociedade.

No caso estudado, a articulação de um órgão de imprensa como *O Globo* com estruturas de Estado autoritário era um mecanismo de manutenção como empresa industrial. Diferente de fases anteriores da história da imprensa, o desenvolvimento e a sobrevivência de um grande jornal, como bem sinalizou Nelson Werneck Sodré,

*“ Não está mais ao alcance de qualquer detentor de capital, exige capital de vulto. Para isso concorre, naturalmente, o avanço da tecnologia de imprensa, quando a oficina de um grande jornal parece uma fábrica. Já nem se chama mais oficina a rigor. Esse avanço tecnológico obrigou, por outro lado, que as empresas jornalísticas se empenhassem em investimentos acima de suas possibilidades normais. A situação financeira delas, por isso mesmo, é periclitante, em casos conhecidos. Se fossem empresas de outra área estariam liquidadas pelas razões de mercado ”*<sup>109</sup>

<sup>108</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. RJ: Maud, 1999.

<sup>109</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. RJ: Maud, 1999. P.XI

A própria fragilidade das indústrias de mídia brasileiras como empresas capitalistas, e a instabilidade da economia brasileira dos anos 1980 - período conhecido por “década perdida”, por conta dos altos índices de inflação e modesto crescimento econômico médio -, levaram a parte da mídia a considerar sua sobrevivência empresarial permanecendo fiel na sua relação de proximidade com o Estado.

Durante toda a transição democrática *O Globo* manteve essa proximidade com os poderes políticos estabelecidos. O projeto Geisel-Golbery de uma distensão “lenta, gradual e segura”, mantido e mantido no Governo do Presidente João Figueiredo, foi tratado nas páginas de *O Globo* como um processo contínuo de transição para a democracia. Condena-se qualquer oposição capaz de impedir a “boa evolução do problema institucional brasileiro”.<sup>110</sup>

Por ocasião da Lei de Anistia aprovada em 1979, essa proximidade é reforçada:

*“ O Globo elogiou o encaminhamento dado a questão e procurou encontrar na atitude de presidente João Figueiredo um sentido de conciliação e compromisso com os princípios de liberalização do regime.”*<sup>111</sup>

Na tentativa de aprovação no Congresso Nacional da emenda do deputado Dante de Oliveira, que estabelecia eleições diretas na sucessão do Presidente Figueiredo, ficou explícito mais uma vez o apoio de *O Globo* à limitação da participação popular no Projeto de Abertura Política:

*“ O Globo não apoiou a campanha nacional a favor da emenda, iniciada no fim de 1983. (...) Porém, quando o governo do presidente João Figueiredo decidiu encaminhar uma proposta que mantinha o Colégio Eleitoral e definia as bases das eleições diretas, adiadas para o próximo pleito, O Globo enfatizou: “ O reconhecimento pelo governo de*

<sup>110</sup> - ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu (orgs). *Revista Histórica-Biográfica Brasileiro – Pós-1930. Volume III*. RJ: FGV, 2001. P.2545

<sup>111</sup> - *idem*

*uma vontade nacional de mudança, na direção única da abertura política, confere ao projeto de reforma constitucional do presidente Figueiredo uma índole democrática que nenhuma imperfeição ou omissão tópica da emenda pode desmerecer.”* <sup>112</sup>

Com a derrota, na Câmara dos Deputados, da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril de 1984, o diário carioca passou a defender de forma enfática a proposta da escolha do sucessor do General Figueiredo pelo Colégio Eleitoral, percebendo esse caminho como a possibilidade de negociação entre o governo e a oposição que ganhou definitivamente o apoio das ruas na Campanha das Diretas Já.

Na disputa no voto indireto entre Paulo Maluf, candidato do PDS, partido governista, e o experiente político mineiro Tancredo Neves, representando parcela significativa das oposições ao regime militar, meses mais tarde, este último recebeu o apoio do jornal, mantendo a postura política da defesa de uma transição necessariamente segura sob o controle das forças políticas tradicionais e de personalidades ligadas ao regime militar, a ideia de conciliação vai ser valorizada pelo jornal :

*“Trazendo o lema o lema da conciliação, a candidatura de Tancredo foi vista como garantia de transição sem riscos. Após a confirmação de seu nome pelo Colégio Eleitoral, O Globo chamou-o de “O mensageiro da conciliação”, homem público capaz de reconhecer, apesar de sua militância oposicionista, “o relevante papel do presidente Figueiredo e das Forças Armadas no feliz encaminhamento da sucessão presidencial e da transição para a plenitude democrática.”* <sup>113</sup>

---

<sup>112</sup> - Idem

<sup>113</sup> - Idem. P.2546

Com a morte do presidente eleito (por sufrágio indireto) Tancredo Neves, em 21 de Abril de 1985, o vice-presidente da chapa de Tancredo, José Sarney, político ligado ao regime ditatorial e que se transferira há poucos meses para a oposição moderada (ou moderadíssima ...), recebeu o apoio de *O Globo*, que:

“ (...) passou a considerar o novo presidente um continuador da obra de Tancredo, “timoneiro munido das credenciais necessárias” para manter a sustentação política da Nova República” <sup>114</sup>

Percebemos com clareza a ligação do jornal com o compromisso de transição controlada. Este posicionamento consolida a visão de que setores da mídia brasileira nos anos de 1980 mantinham altos graus de dependência política em relação ao governo.<sup>115</sup> Num contexto de uma transição democrática concebida de forma lenta e gradual que buscava controlar e limitar a participação popular, *O Globo* atuava no sentido não só avalizar a transição controlada, mas também atuar criticamente contra alguns setores mais organizados da sociedade civil, como por exemplo, as já citadas Comunidades Eclesiais de Base ( as CEBs) ligadas a Igreja Popular e a Teologia da Libertação, que entendiam a esfera política como campo de atuação de todos,

Setores da elite econômica e militar procuravam distender o regime sem a perda do efetivo controle. Distensão lenta e gradual.<sup>116</sup> Nesse cenário alguns jornais da grande imprensa, dentre eles, *O Globo*, endossavam a linha oficial do Governo. Ratificavam o ponto de vista dos militares em relação à sucessão do presidente João Figueiredo – o de que era necessário uma transição gradual e controlada para a democracia civil.

*O Globo* foi visto como um órgão da imprensa de posição oficialista durante todo o período ditatorial (1964-1985). Não apenas *O Globo*, aliás, como as próprias *Organizações Globo*, conglomerado midiático liderado em importância pela TV Globo, criada em 1965 e que alcançou notável crescimento exatamente durante o governo militar. Evidenciava-se, portanto, a

<sup>114</sup> Item P.2546

<sup>115</sup> ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WEITMAN, Fernando. *Mídia e Política no Brasil*. RJ: FGV, 2003.

<sup>116</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. A Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In *O BRASIL REPUBLICANO*, V.4, Orgs. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

ligação íntima entre interesses econômicos e políticos dos detentores do poder à época e do grupo empresarial Globo.

Alzira de Abreu registra que a modernização do sistema de mídia era considerada uma estratégia política dos militares, e estava embutida em noções autoritárias da chamada Doutrina de Segurança Nacional, adotada pelo governo ditatorial. Nas suas palavras:

*“ A imprensa, o rádio e a TV já dependiam da publicidade para sobreviver e os maiores anúncios vinham de empresas públicas e de instituições governamentais. Eles ( os militares) censuraram, mas eles também financiaram a modernização da maior parte dos jornais que ainda estão no mercado hoje ... ”*<sup>117</sup>

Durante a transição democrática, os jornais se viram confrontados com uma multiplicidade de públicos e interesses. Vem daí a necessidade de se adaptar à realidade mais complexa e contraditória, levando em conta a relação com o Estado mas também com o mercado como mecanismo de sobrevivência econômica de uma empresa industrial ligada a informação, formação e conquista da opinião pública.

Jornais como *O Globo*, que eram vistos como tendo ligações bastante estreitas com o regime militar, conduziram reformas para minimizar o caráter oficialista do diário. Quando o jornalista Evandro Carlos de Andrade assumiu a direção, em 1972, o jornal começou a investir nessas reformas. Lentamente nos anos 80 as reformas começaram a levantar vôo de fato.<sup>118</sup>

Segundo Merval Pereira, colunista de *O Globo* e ex-diretor de redação, a estratégia era dar credibilidade à notícia. Isso seria uma tentativa de diminuir as acusações de que o diário favorecia a ditadura:

*“ Globo foi marcado durante a ditadura por duas características: era um jornal que apoiou o governo militar e era acusado de manipular as notícias, e a segunda característica, que foi feita de propósito por Evandro a fim de neutralizar essas críticas, era fazer um jornal*

ABREU, Alzira Alves. *A Modernização da Imprensa (1970-2000)*. RJ: Zahar, 2002.

MATOS, Carolina. *Jornalismo e Política Democrática o Brasil*. SP:Publifolha,2002.

*estritamente baseado na notícia. Ele publicava tudo, era muito noticioso, e então ele virou um jornal que tornou-se indispensável para ler. Essa foi a maneira que o Evandro conseguiu para compensar a ação de O Globo, que era muito oficial..”<sup>119</sup>*

O diretor de redação de *O Globo*, Rodolfo Fernandes, na mesma linha de Merval Pereira, também destacou as mudanças editoriais que visavam uma maior profissionalização do jornal. Para ele:

*“ A reforma de O Globo teve outra intenção, de ir mais a fundo nas notícias[...]. A cara de um jornal não muda de um dia para o outro[...]. Mas eu gostaria de dizer que a ideia de que O Globo queria mostrar uma nova cara já existia antes de 1985, quando o Merval ( Pereira) assumiu[...]. O que eu quero dizer por profissionalização é que os acionistas de O Globo decidiram deixar a redação e dar o comando do jornal para os profissionais da mídia.”<sup>120</sup>*

A linha editorial de informar maciçamente por intermédio de “notícias”, sem um jornalismo opinativo, e sem nenhum teor de investigação e análise, faziam parte da reforma lentamente empreendida em pelo diário carioca.

Outros setores da imprensa, no caso estudado *A Folha de São Paulo*, consideravam que o avanço de políticas liberais democráticas poderia contribuir para a inclusão de um novo público consumidor entre o universo tradicional de leitores dos grandes jornais de opinião. Isto ocorreria na medida que houvesse crescimento significativo das taxas sócio-econômicas e dos níveis de educação, permitindo assim a inclusão de segmentos maiores da população num mercado de massas propriamente dito. Tal perspectiva favorecia relativa independência da imprensa frente ao poder do Estado.

A maior parte da grande imprensa brasileira deu apoio ao golpe militar de 1964. Mesmo *O Correio da Manhã*, que logo se notabilizou pelas críticas ao governo militar (sendo fechado por

<sup>119</sup> - Idem, p.278.

<sup>120</sup> - Idem p.278

pressão de setores situacionistas), apoiou a deposição de Goulart. *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, com proximidades diferentes em relação ao poder, vão conviver com certa passividade frente as arbitrariedades do militares.

Diante da evolução do golpe de 1964, a *Folha de São Paulo*,

*“tentou aproveitar-se de sua autonomia financeira no sentido de preservar sua independência política frente ao Estado. Muito embora tivesse apoiado o movimento de 1964, o simples fato de não concordar totalmente com a política governamental – era difícil, por exemplo, aceitar a censura à imprensa – possibilitou que o jornal aparecesse, de certa forma, como um órgão de oposição. A partir de então, foi combatido pela ala mais direitista – o regime-, assim como pela esquerda.”*<sup>121</sup>

Entretanto, dos anos de 1970 em diante, a *Folha* começou a adotar linha editorial de confronto, posicionamento crítico mantido em meio aos compromissos assumidos pelo regime de promover transição lenta e gradual de volta à democracia.<sup>122</sup>

A *Folha*, no seu projeto editorial de 1974, seguiu o caminho do jornalismo opinativo. “Combativo”, “rebelde”, “pós-moderno” ou dotado de um “senso crítico”, são termos e expressões que podem ser atribuídas a *Folha de São Paulo* nos anos 1970 e 1980.<sup>123</sup> O jornal buscava construir imagem de veículo identificado com a luta democrática, pelo desenvolvimento econômico e social (refletindo postura crescentemente crítica de parte da burguesia paulista atingida pela recessão econômica e retraimento industrial característicos dos anos finais do regime ditatorial), e também pela formação de cidadania crítica entre os brasileiros.

Após a posse do Presidente João Figueiredo, em março de 1979,

*“surgiram as primeiras críticas aos limites da redemocratização brasileira, considerada até então incapaz de compreender os direitos de*

<sup>121</sup> ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Volume II*. RJ: FGV, 2001. P.2238

<sup>122</sup> MATOS, Carolina. *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*. SP: Publifolha, 2002.

<sup>123</sup> LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias - Os Bastidores de uma Revolução em um Grande Jornal*. SP: Imprensa Cultural, 1988.

*organização e expressão. A Folha apontou também os malefícios causados pela falta de uma democracia plena em relação aos indicadores sociais, criticando a má distribuição de renda existente no país”<sup>124</sup>*

A posição assumida em favor de um processo de Anistia “ampla, geral e irrestrita” em e posteriormente, o apoio a campanha nacional pelas Diretas Já, iniciada em outubro de tiveram significativo espaço nas páginas do periódico paulistano. A criação da coluna *Folha* – “*Roteiro das diretas*” - para informar sobre as atividades e mobilizações sociais em das eleições diretas foi um exemplo do engajamento político do diário.

Com a rejeição da emenda que garantiria eleições diretas e a disputa entre Maluf e do no Colégio Eleitoral, a *Folha de São Paulo* estabeleceu uma relação equidistante aos candidatos, reservando praticamente o mesmo espaço para ambos no interior do jornal.<sup>125</sup> A de Tancredo Neves, sua morte, e a posse do vice-presidente José Sarney foram retratados *Folha* dentro dos parâmetros da legalidade estabelecida pelos instrumentos jurídicos e momento, apesar do questionamento da falta do voto popular como base de sustentação a República, pois,

*“ Para a Folha de São Paulo, o maior problema da Nova República seria a marginalização do povo no processo político que veio a instaurá-la. A conciliação entre civis e militares que regeu o encerramento do ciclo autoritário foi bastante criticada pelo jornal, que sublinhou a impossibilidade de se atender às “reivindicações mais urgentes das mais variadas camadas da população”, através de acordo que só envolvessem as elites.”<sup>126</sup>*

Das suas páginas a exclusão, tanto social quanto política, eram criticadas. O movimento social e econômico, com o resgate da parcela de brasileiros através de um político participativo e ampliado, era condição para a consolidação da autonomia

REU, Alzira Alves, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu  
*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro – Pós -1930. Volume II.* RJ: FGV, 2001.P.2239

n. P.2239

n. P.2239 e 2240

jornalística da *Folha* frente ao poder do Estado, e estaria vinculada ao crescimento de um mercado editorial.

A Reforma editorial de 1984, que lentamente foi introduzida na segunda metade dos anos 1980, definiu a transição da *Folha* de um jornalismo mais político-opinativo para uma linha editorial que, em meados dos anos de 1980, tinha como um dos seus objetivos o aumento da comercialização, via aumento da circulação do diário. É factível afirmarmos que essa transição contribuiu para que a partir de 1985, ano que foi estabelecido o “silêncio obsequioso” para o Frei Leonardo Boff, a cobertura jornalística da *Folha* de São Paulo tenha praticamente inexistido.<sup>127</sup> Como recorda Mino Carta:

*“A Folha estava consciente de que sua futura expansão dependia de um retorno do país a uma economia de mercado, entendendo como benéfica a equação entre o avanço da democracia e a transformação de um capitalismo incipiente para um moderno”*<sup>128</sup>

A reforma de 1984 fez com que a *Folha* aumentasse significativamente sua circulação. Em abril de 1984, de 120 cópias diárias; cresceu para 200 mil, em fevereiro de 1987, e ultrapassou 300 mil no final de 1990.<sup>129</sup>

Jornalistas como Mino Carta, Ricardo Kotscho, que mais tarde foi assessor de imprensa do primeiro Governo Luis Inácio Lula da Silva (2002 a 2006), e Clóvis Rossi caracterizavam o jornalismo crítico e autoral na linha da reforma de 1974. Mino Carta acabou demitido em 1976 por pressão dos militares. Ricardo Kotscho e Clóvis Rossi conviveram com o projeto editorial de 1984, e estavam presentes na cobertura do Caso Boff pela *Folha de São Paulo*.

A presença de um jornalismo militante oriundo da reforma editorial de 1974, conviveu com um cunho editorial mais ligado as atividades do mercado. É inegável o papel que a *Folha* teve na história do jornalismo brasileiro durante a chamada “transição democrática”. Entretanto a atuação da *Folha* espelhava as tensões entre um jornalismo militante e o de comercialização, em

<sup>127</sup> Encontramos em 1985 um único texto jornalístico que manteve a característica crítica da *Folha* em relação ao crescimento da liberdade de expressão, com o sugestivo título “Por Obséquio Silêncio”.

<sup>128</sup> Declaração de Mino Carta In LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias- Os Bastidores de uma Revolução em um Grande Jornal*. SP: Trajetória Cultural, 1988.P.61

<sup>129</sup> MANTOS, Carolina. *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*. SP: Publifolha, 2002.

nas batalhas travadas na sociedade brasileira por diferentes projetos democráticos para o

Assim, acreditamos, que tanto por razões políticas quanto por razões econômicas, razões complementares aliás, a *Folha*, enquanto instituição jornalística, sob o comando de Octavio Frias de Oliveira, buscava operar numa sociedade capitalista liberal mais democrática, e não levantar uma bandeira ligada ao socialismo como opção política para a sociedade brasileira.

No caso Boff, tem-se, portanto, duas linhas editoriais bastante diversas. De um lado, a *Folha de São Paulo*, que adotou uma linha opinativa com contrapontos e análises, que favorecia o debate, não o fechava, gerava polêmica, assumindo claramente posição em torno da questão de Boff e de maneira mais geral da Teologia da Libertação, colocando-as como questão política, e não apenas religiosa. Do outro lado, *O Globo* optou em reproduzir notícias baseadas em colaboradores ligados a reação conservadora, condenando toda e qualquer ação teológica ou pastoral que fugisse dos parâmetros ditados pela ortodoxia ligada a exaltação da hierarquia eclesial. Restringia o debate a questão religiosa.

### 12- O GLOBO E A FOLHA: as interpretações do Caso Boff

A leitura das reportagens sobre o Caso Boff nos dois periódicos pesquisados, *O Globo* e a *Folha*, indicam linhas editoriais diferentes na abordagem de um fato que se torna público. Essa diferença no trabalho jornalístico dos diários produziu construções diferenciadas sobre o embate da Congregação para a Doutrina da Fé e a Teologia da Libertação, mas especificamente no confronto de forças eclesiais conservadoras com o Frei Franciscano.

Comparando os textos dos dois diários, podemos discernir com clareza tal diferenciação de postura jornalística. Postura esta que é bem ilustrada pelo trato conferido por cada um dos jornais ao embate entre a reação conservadora e a Teologia da Libertação.

Utilizamos como referência para os textos jornalísticos de *O Globo* a expressão “notícia” expressão essa utilizada por Merval Pereira e Rodolfo Fernandes, conforme vimos anteriormente.

... trazer uma quantidade representativa de “textos / notícias”, demonstrando ao público-leitor um acompanhamento intenso do “acontecimento / fato” era uma das maneiras de garantir ao leitor mais informação. A questão é como, usando novamente a expressão de Merval e Rodolfo Fernandes, essas “notícias” eram trabalhadas no espaço do jornal.

Diferente da *Folha de São Paulo*, a esmagadora maioria das reportagens de *O Globo* não era assinada pelo autor do texto. Não ficamos sabendo qual o nome do jornalista que buscou o fato ou as fontes, e elaborou a reportagem. Em tese não opinativas, as “notícias” sobre O Caso Boff buscavam aparentar uma cobertura jornalística (nas palavras de Rodolfo Fernandes) “mais profissional”, focando o fato jornalístico. No embate entre Boff e a Congregação para a Doutrina da Fé as “notícias” foram trabalhadas como um fato de cunho religioso / institucional-eclesialístico. Entretanto nos seus recorte, abordagem, conteúdo, fonte e discurso percebemos forte componente político ligado à reação conservadora.

Lembramos que, dos 91 textos de período 1982 a 1985, 49 foram veiculadas sob a “roupagem” de “notícias”. Isto é, textos que ocupavam espaço nas folhas de *O Globo* (em geral, não ultrapassavam meia folha), sendo a exceção a publicação integral do documento “Instruções sobre a Teologia da Libertação”. Exceção bastante reveladora, a propósito. Por *via O Globo*, ao mesmo tempo, mantém-se “meramente noticioso” (quem opina é a Sagrada Congregação romana, não o jornal ...) e, reportando a voz de terceiros, confirma suas próprias opções políticas, ainda que camufladas sob o véu da “objetividade”.

Vinculadas no caderno *País*, os textos de *O Globo* não aprofundavam o debate sobre a Teologia da Libertação. Não era oferecido aos leitores de *O Globo* um panorama dessa teologia latino-americana. Tampouco, houve, da parte do jornal carioca, informação sobre o impacto, na imprensa internacional, do tenso debate mantido entre os setores curiais e os defensores da Teologia da Libertação, em particular Leonardo Boff, alvo primário do processo disciplinar romano, processo este que foi amplamente coberto pela mídia estrangeira.

Na análise das “notícias” vinculadas pelo *O Globo* é interessante salientar que, diferente de uma expectativa inicial, gerada pela origem do processo movido contra Boff ter sido a Arquidiocese do Rio de Janeiro, não é a figura de D. Eugênio Salles, então Arcebispo do Rio, que mais freqüenta as páginas do diário carioca.

Os personagens mais constantes num primeiro momento, sendo “fontes das notícias”, são D. Avelar Brandão Vilela, Cardeal Primaz do Brasil, seu Bispo auxiliar Boaventura Kloppenburg

em um segundo momento, com a proximidade do encontro do Boff e Ratzinger, o Cardeal Agnelo Rossi. Foi com a chegada de D. Agnelo Rossi de Roma que aumentou não só o fluxo de reportagens de *O Globo* mas também o tom dos ataques à Teologia da Libertação.

Ponto de especial destaque é a passagem de D. Agnelo Rossi por terras brasileiras, em maio de 1984. D. Agnelo funcionou como um “porta-voz” da Cúria Romana ao propor o “cerrar filas” em torno daqueles que eram contrários à Teologia da Libertação. O Cardeal apresentava-se, assim, como a principal fonte de informações sobre a posição do Vaticano, e até de João Paulo II, no debate sobre a Teologia da Libertação.

Mesmo que de maneira não oficialmente reconhecida por Roma, pode-se propor que D. Agnelo tinha certamente uma missão a cumprir na luta pela conquista da opinião pública. E *O Globo* foi a “trincheira” onde os setores ligados a defesa da autoridade hierarquia eclesial se aglutinaram.

A vinculação de *O Globo* com o Estado ainda dominado por forças autoritárias que buscavam controlar e limitar o processo de abertura democrática irá pautar a abordagem jornalística do diário carioca naquele período, e em particular a construção do Caso Boff nas páginas do mencionado jornal. A utilização como fontes de reportagens de setores conservadores da Igreja, como por exemplo D. Agnelo<sup>130</sup>, predominantes na base de elaboração dos textos jornalísticos implica, na nossa interpretação, em nítido posicionamento político. Entretanto, a forma como a informação é trabalhada em *O Globo*, com raros contrapontos e com análise restrita ao âmbito religioso, não só limita o leitor na construção de uma opinião pública crítica como dificulta a visão do eixo político que o Caso Boff carregava no enfrentamento aos setores conservadores.

Especificamente na pesquisa e estudo realizado, conforme pode ser visto nas reportagens analisadas, o diário carioca tinha uma postura política ligada à reação conservadora contrária à Teologia da Libertação. Interessa ainda notar que essa posição, trabalhada na escolha das fontes, nos títulos e sub-títulos, na espaço editorial, no uso de palavras e fotos, buscava esvaziar e condenar os movimentos da Igreja Popular, aqui entendidos como decorrentes de movimentos sociais estranhos à própria Igreja, acusando-os de ideologização da religião. Na luta política pelo poder e pela opinião pública, *O Globo* não apenas desconhecia óbvias ligações entre fé religiosa e

<sup>130</sup> - Ex-Arcebispo de São Paulo transferido no início dos anos 1970 para Roma após negar a existência de tortura nas estruturas do regime militar.

eficiência social. O jornal remetia a seu público uma interpretação – também ela formada por uma leitura da realidade com nítidas implicações políticas – que apresentava a Teologia da Libertação, por desviante da tradição eclesial, como contrária à própria fé cristã. Cassava-se, pois, de um só golpe, a legitimidade dos teólogos liberacionistas, enquanto agentes sociais e membros da Igreja.

Não se trata aqui de postular a (sempre impraticável) neutralidade jornalística ou mesmo política. Trata-se tão somente de tentar lançar luz sobre o Caso Boff, com base na documentação levantada. Assim, evidencia-se que o trato jornalístico dado ao Caso Boff pelo jornal *O Globo* funcionou como reiteração de mecanismos de dominação e reprodução da dominação política, reforçando-se a ideia da esfera política formal, não se levando em consideração forças sociais excluídas socialmente como atores legítimos no campo político.

Já na *Folha* de São Paulo sabemos quem são os jornalistas envolvidos na cobertura do Caso Boff. E suas posições não buscavam desqualificar o debate político e ideológico inerente ao processo do então franciscano brasileiro. Desta forma, a *Folha* recusava-se a remeter o Caso Boff à esfera teológico-religiosa a qual o diário carioca (politicamente!) insistiu em confiná-lo. A cobertura da *Folha*, também ela conduzida por determinadas opções políticas, trouxe ao debate a inserção de movimentos populares, de inspiração cristã progressista, na arena política. Mais que isto, os profissionais envolvidos posicionam-se na discussão, certamente respaldados por seu círculo de comunicação. Assim, ora Osvaldo Perin, ora Clóvis Rossi, ora James Anhanguera, ora Ricardo Kotscho não só assumem a autoria da reportagem como também se posicionam na defesa de Frei Boff e da Teologia da Libertação. Ato de se posicionar que tinha o significado mais amplo, de defesa da liberdade de imprensa, condenação da censura, posicionamento pela mobilização e participação popular no processo político. E, cruzando-se textos e contextos, torna-se sobremaneira claro que, nos anos cruciais da tensa abertura política brasileira, nos derradeiros anos do governo militar, a *Folha* ia além de reportar a disputa entre progressistas e conservadores políticos. O jornal, de público, buscava legitimar-se como importante ator na transformação política e institucional pela qual passava o país.

Para tanto, seja reafirmado, os jornalistas da *Folha de São Paulo* e também eventuais jornalistas externos opinam, posicionam-se, no sentido de acentuar o traço político, além do

religioso, que envolvia o Caso Boff. Nota-se, pois, o viés de investigação, a análise, que gera debate e polêmica.

O jornal assumiu a defesa de Frei Boff e da Teologia da Libertação, o que pode ser visto nos 22 textos que abordaram o tema durante o período 1982-1985, e de modo particular nos 7 artigos de opinião, escritos, entre outros, por Frei Betto, Marilena Chauí, Paulo Sérgio Pinheiro, e o próprio Leonardo Boff, que recebe, da *Folha*, acolhida em termos de espaço de expressão, algo que não encontramos em *O Globo*.

Percebemos igualmente que o elenco reunido nos artigos de opinião na *Folha* era significativamente diferente daquele vinculado pelo jornal carioca.

A *Folha de São Paulo* era o espaço onde, com maior presença dos setores ligados à Teologia da Libertação, os textos apresentavam mais abrangência, enquadrando o processo contra Boff, numa perspectiva de disputa política.

Na leitura das reportagens da *Folha*, a perspectiva do processo movido contra o teólogo não era apenas ligada a produção teológica isolada do frade franciscano. A abrangência das análises efetuadas na *Folha* deixava claro que se tratava mais do que uma ação isolada contra Boff. Era uma reação organizada contra uma Igreja Popular que vivenciava e denunciava as mazelas sociais da América Latina, tendo na Teologia da Libertação o agente da teoria e da práxis libertadora. Uma reação que atacava essa Teologia pela utilização de elementos marxistas em suas análises, e apontava para o perigo de sua transformação em ideologia revolucionária.

Interessante também salientar que, ao contrário de *O Globo*, a *Folha* fornecia informações de como a imprensa europeia acompanhava o caso. A presença na cobertura do Caso Boff do experiente jornalista Newton Carlos, ligado à análise do cenário internacional, demonstra como existia na *Folha* uma visão mais global.

Nesse ponto é interessante observar que o jornalismo autoral que se fazia na *Folha* deixava espaço para inserções de estilos e opiniões dos repórteres. Clóvis Rossi, Ricardo Kotscho, Carlos de Oliveira, Orivaldo Perin imprimiam em seus textos as marcas de um jornalismo investigativo, gerador de debates com a utilização de várias fontes para compor a reportagem, mas também muitas vezes se “colocavam” no meio do debate.

A reconstrução do Caso Boff tão diferenciada ao compararmos *O Globo* e a *Folha de São Paulo* está ligada ao entrelaçamento de questões que envolvem diretamente a linha editorial de

cada diário com o momento da transição para uma nova ordem política que substituiria a ditadura militar.

O Caso Boff, como todo fato histórico, permite apropriações e narrações. Multiplicidade que deixa transparecer o conflito político no interior da própria Igreja, assim como no interior da imprensa refletindo nessas esferas o embate social. Por mais que busquem negá-lo, o conflito político está presente tanto na sacristia quanto nas redações. Conflito oriundo dos diferentes projetos desejosos de uma maior ou menor participação popular no sistema político. Esses diferentes projetos não apenas geraram o embate político mas também a maneira de analisá-lo através das páginas dos jornais.

## CONCLUSÃO

Comparando o desenrolar do Caso Boff nas páginas de *O Globo* e da *Folha de São Paulo* podemos verificar diferenças significativas na abordagem. *O Globo* utilizando fontes, formas e recortes específicos buscava restringir o fato a uma questão religiosa. Não oferecia condições ao leitor de ampliar o debate, nem de provocar reflexões.

A não existência de textos analíticos ou opinativos criava ilusório aspecto de neutralidade. Entretanto, a utilização das fontes mais ligadas aos setores da hierarquia eclesial próxima a Cúria Romana, sem nenhum contraponto, produziam a postura no diário carioca de porta-voz da reação conservadora que irá combater a Teologia da Libertação.

A aparente neutralidade da “notícia” representa um paradoxo, pois revela na realidade o posicionamento político do diário, pois ao buscar retratar o Caso Boff como questão apenas ligada a produção teológica, como um desvio em relação à tradição teológica cristã, utilizando como fontes membros da hierarquia eclesial ligados a reação conservadora, *O Globo* assume postura e efetiva ação política no contexto da luta que perpassava a Igreja de então.

Já a *Folha de São Paulo* ao cobrir o Caso Boff, revela toda a tensão existente, política e religiosa, entre os adeptos da Teologia da Libertação e os setores da reação conservadora. A *Folha* na sua prática jornalística também assumiu um projeto político, porém, diferente de *O Globo*, projeto este mobilizador e participativo. A arena política deixa de ser formal, e incorpora os setores excluídos historicamente, pois reconhece nesses setores o direito a participação.

A *Folha*, como já assinalamos, opta em se posicionar com clareza ao lado de Boff e da Teologia da Libertação, como se pode apreender das reportagens em anexo. Entretanto, a postura política clara da *Folha de São Paulo* ao se colocar na mesma “trincheira” do teólogo frente aos ataques da reação conservadora, significava, também, a luta pela defesa da liberdade de expressão, como fator básico para normalização da vida institucional brasileira.

O leitor da *Folha* ganha no dimensionamento do fato. A análise e a denúncia das estruturas de dominação e exploração da América Latina, e em particular no Brasil, assim como o reflexo na imprensa internacional do conflito entre Roma e os teólogos da libertação, efetivadas nas reportagens autorais e nos artigos de opinião, em defesa de Boff e da TL, abrem espaço para a reflexão.

A complexidade em torno do confronto de ideias entre a Cúria Romana e Frei Leonardo Boff pode ser apreendida nas páginas do diário paulista. Ao contrário da cobertura de *O Globo*, a *Folha* não fecha o debate, mas sim o amplia, mesmo assumindo uma postura clara mais ligada aos intelectuais e teólogos da libertação.

O debate e a reflexão são pontos fundamentais na produção intelectual, no “pensar” o mundo. Em *O Globo* a forma como foi construída a interpretação do Caso Boff, fechava a questão, não contribuindo para a troca de ideias, portanto pouco favoreceu o desenvolvimento desses pontos fundamentais. Na *Folha*, a interpretação do Caso Boff revela o quanto existia por detrás do combate à teologia produzida pelo Frei franciscano. Posicionando-se, a *Folha* não fecha questão. Abre espaço em suas páginas para o exercício da reflexão, amplia e favorece o debate, e no caso estudado, valoriza a liberdade de expressão.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves, BELOCH, Israel, LATTMAN-WETMAN, Fernando, LAMARÃO, Sérgio Tadeu ( orgs.) *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Vols II e.III.* RJ: FGV, 2001.
- ABREU, Alzira Alves e LATTMAN-WEITMAM, Fernando. *Mídia e Política no Brasil.* RJ: FGV, 2003.
- ABREU, Alzira Alves. *A Modernização da Imprensa ( 1970-2000).* RJ: Zahar,2002.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “Textos e Contextos”. In Revista Nossa História, Vera Cruz, outubro de 2004.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo Libertador: ensaio de cristologia para o nosso tempo.* Petrópolis: Vozes,1976.
- \_\_\_\_\_. *Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de eclesiologia militante.* Petrópolis: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. Revista Caros Amigos. RJ: setembro de 1998.
- \_\_\_\_\_ & BOFF, Clodovis. *Como Fazer Teologia da Libertação.* Petrópolis:Vozes,1986.
- \_\_\_\_\_. “Um balanço de corpo e alma”.In BOFF, Leonardo ( ET.al.) *O que ficou: balanço aos 50.* Petrópolis, Vozes, 1989.
- \_\_\_\_\_. Revista Memória e Caminhada. Brasília, nº 6, editora Universa, Universidade Católica de Brasília, 2004.
- BURKE, Peter ( org) *A escrita da História. Novas Perspectivas.* SP, UNESP, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do Liberalismo.* SP, Brasiliense, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Bravo Matutino.* SP, Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo ( orgs) . *Domínios da História – Ensaio de teoria e metodologia,* RJ, Campus,1997.
- CEAUÍ, Marilena e NOGUEIRA, Marco Aurélio. “ O pensamento político e a democratização do Brasil. In Revista Lua Nova, SP, Cedec, 2007.

- ECURRA, Ana Maria. *O Vaticano e o Governo Reagan*. SP, Hucitec, 1984.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. V. 4*. RJ, Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova “velha história”: o retorno da história política”. In *Estudos Históricos*. RJ: FGV, Vol.5, 1992.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada. As ilusões armadas*. SP: Cia das Letras, 2002.
- GIBELLINI, Rosino. *A Teologia do Século XX*. SP. Loyola, 1998.
- GOMES, Angela de Castro. “Política : história, ciência, cultura etc.” In *Revista Estudos Históricos*, RJ, FGV, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1991*, SP, Cia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. “O ressurgimento da narrativa. Alguns comentários”. In *Revista de História*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1991.
- LEWIS, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. RJ, Objetiva, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O Século XX Esquecido*. Lisboa, Edições 70, 2009.
- LEMOINE, Penny. *A Barca de Pedro*. SP, Ática, 1992.
- LIBANIO, José Batista. *Teologia da Libertação : roteiro didático para estudo*. SP, Loyola, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. Loyola, SP, 2005.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias- Os Bastidores de uma Revolução em um Grande Jornal*. SP: Trajetória Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Trinta anos de teologia. Reflexão Pessoal.” IN SUSIN, Luis Carlos. *O Mar se abriu. Trinta Anos de Teologia na América Latina*. RJ: Loyola, 2000
- LIWY, Michel. *Marxismo e Teologia da Libertação*. SP, Autores associados, 1991.
- MANTOS, Carolina. *Jornalismo e a Política Democrática no Brasil*, SP, Publifolha, 2008.
- MONTELLI, Roma Locuta, RJ: Vozes, 1989.

- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "O Pensamento político e a redemocratização do Brasil". IN *Revista Lua Nova*, SP: Cedec, 2007.
- IDENTI, Marcelo. "Cultura e Política: os anos 1960-1970 e sua herança". IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves ( orgs ). *O Brasil Republicano - o tempo da ditadura*, v. 4 . RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- REMOND, René ( org). *Por uma História política*. RJ, UFRJ, FGV, 1996.
- SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato, e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*, SP, Cia das Letras, 2006.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985." IN FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves ( orgs. ), *O Brasil Republicano- o tempo da ditadura*, v.4, RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, SP, Maud, 1999.